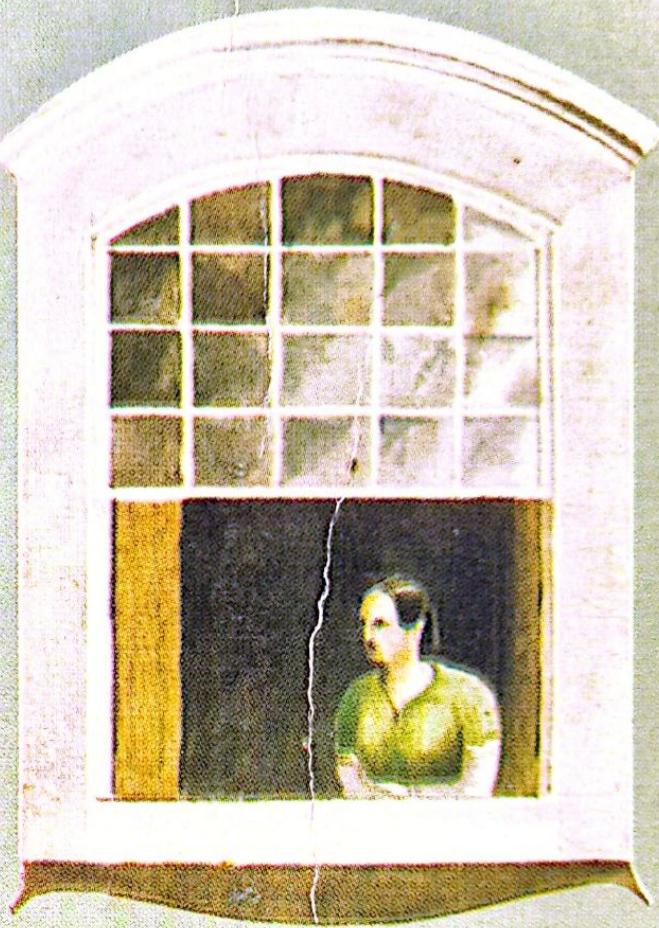


Mario Osorio Magalhães

Os Passeios
da Cidade
Antiga



Guia Histórico das Ruas de Pelotas



MARIO OSORIO MAGALHÃES

**Os Passeios da Cidade Antiga
(Guia Histórico das Ruas de Pelotas)**

2^a EDIÇÃO, REVISTA



Copyright © 2000 by Mario Osorio Magalhães

Capa de Mario Osorio Magalhães sobre aquarela
de Wendoroth (1851) e fotografia de Neco Tavares.

Magalhães, Mario Osorio (1949).

Os Passeios da Cidade Antiga (Guia Histórico das Ruas de Pelotas) /Mario Osorio Magalhães. -Pelotas, 2^a edição, revista. Editora Armazém Literário, 2000.
102 ps.

1^a edição: Editora Armazém Literário, 1994.

2000

EDITORAS ARMAZÉM LITERÁRIO LTDA.
Avenida Domingos de Almeida, 3030
96085-470 Pelotas, RS
Telefone (053) 228.2932

QUE SE CHAMASSE PELOTAS

(Trecho do poema de abertura para o ballet de Otávio Augusto Lima, *A Flor do Sal.*)

".....
...só valia o couro
desses rebanhos baguais.
Muita era a serventia
dessas peles animais:
pra arreios, caronas, tentos,
bainhas, guaiacas, botas...
Centauros, ao desmontarem
dos seus fogosos cavalos,
de botas vararam charcos
e os rios passaram em barcos
de couro que, enfim, chamaram
-que trataram de pelotas.
É, sim, só valia o couro...
Até que, do além do ouro
das velhas Minas Gerais,
retirante da má sorte,
um homem chegou do Norte;
branqueou de sal as tropas
(nossos rebanhos baguais)
à beira, num descampado,
de um rio que, por devassado
nas travessias remotas,
nossos campeiros monarcas
tratavam, igual que às barcas,
de um mesmo nome: Pelotas.

* * *

Agora valia a carne,
os músculos animais...
Dos mares, dos arredores,
vieram donos de iates
(que juntavam patacas),
trabalhadores negros
(que empunhavam facas),
capitães do mato e feitores.
De recantos bem distantes,
eram famílias chegando,
chegando os comerciantes:
mascates negociando
os seus tecidos; mulheres
se oferecendo aos prazeres.
Carreiras, jogos de azar...
Sempre a se multiplicar
—como em mágicos espelhos—
adultos, crianças, velhos.
Pois nasceu o povoado
poucas léguas afastado
do rio que passava em frente
da primeira charqueada.
Por alvará do regente
e por decisão do bispo,
a aldeia foi registrada
com o nome de São Francisco.
Se bem que intenções devotas
respeitasse, aquela gente
ainda assim preferiu
que se chamasse Pelotas
esta porção do Brasil

-talvez, lá no inconsciente,
querendo que andasse em frente,
seguindo sempre a corrente,
feito um barco e feito um rio..."

MARIO OSORIO MAGALHÃES
Pelotas, novembro de 1999.

NOTA PRELIMINAR

A principal fonte utilizada para a elaboração deste livro foi uma série de artigos publicados no *Diário Popular*, entre 17 de setembro de 1938 e 25 de maio de 1939. Embora sem indicação de autoria, sabe-se que foram escritos pelo saudoso historiador Alberto Coelho da Cunha (1853-1939), filho do coronel Felisberto Inácio da Cunha, Barão de Correntes, e de dona Maria Antônia Coelho da Cunha. Funcionário municipal por mais de quarenta anos, primeiro como procurador da Câmara e, depois, como tesoureiro e chefe da seção demográfica da Intendência, Alberto Cunha foi um dos primeiros e mais fecundos historiadores locais. Infelizmente, a sua produção nunca foi editada, mesmo sendo cunhado do proprietário da Livraria Universal, uma das mais importantes casas editoriais que já teve o Brasil, em todos os tempos.

Dando a este trabalho a forma de guia, por ordem alfabética –para facilitar a consulta–, ocupei-me apenas com as ruas do centro. Fico na esperança de que um futuro pesquisador dedique-se um dia à história dos bairros e vilas, bem como à das avenidas e praças da cidade –para as quais há subsídios, também, naqueles textos do fim da década de 1930.

Queria, por fim, que o leitor considerasse este pequeno livro como um tributo de louvor à memória de Alberto Cunha.

INTRODUÇÃO

Uma história de ruas pode resultar em uma simples coleção de curiosidades; não passar de um registro de nomes, datas e homenagens póstumas, de interesse sobretudo cívico. Mas pode se qualificar, mesmo sendo um trabalho de vulgarização histórica, como um subsídio importante para a compreensão do passado de uma comunidade. Foi isto o que pude perceber, ao manipular estes dados.

Concluí, por exemplo, desta pesquisa, que a ocupação do espaço que constitui, hoje, o centro urbano de Pelotas, verificou-se praticamente em quatro etapas, através de quatro diferentes projetos de urbanização – todos eles obedientes, no entanto, às linhas do projeto original. Isto significa que, embora o seu traçado ortogonal tenha se consolidado ao longo de pouco mais de meio século (entre 1815 e 1870), é como se fosse Pelotas uma cidade planificada, programada, elaborada de uma única vez e conforme a um único padrão determinante.

O primeiro projeto é resultado da fundação da freguesia (1812): traçaram-se por volta de 1815 ao todo 19 ruas (12 longitudinais e 7 transversais) entre as atuais Barroso e Marcílio Dias, avenida Bento Gonçalves e General Neto. Em seguida a cidade se expandiu para o sul: num segundo projeto, de 1830, mais ou menos, as ruas longitudinais prolongaram-se na direção do São Gonçalo, acrescentando-se à planta 15 transversais*, da

* Na realidade 13, mas com 15 denominações, se considerarmos a Princesa Isabel/Marechal Floriano (então

rua Sete de Setembro até à João Manuel (quando Pelotas foi elevada a cidade, em 1835, já teria mais uma e duas artérias, acrescentadas respectivamente ao primeiro e segundo projetos).^{**} Em 1858, numa terceira etapa, a cidade se expandiu na direção norte: abriram-se 5 artérias no Bairro da Luz. Por fim, data de 1870 o quarto projeto: nesse ano rasgaram-se, no Bairro da Várzea, 4 novas ruas, sendo a mais extrema, a leste, a João Pessoa. Lembre-se que em 1870 a cidade encontrava-se no pleno apogeu do seu desenvolvimento econômico, social e cultural; não é sem motivo que já havia consolidado, então, o desenvolvimento do seu centro urbano. (Mais 7 ruas surgiram, em 1888, 1909 e 1910, mas apenas para corrigir ou aperfeiçoar modelos já definidos.)

A opção pelo quadriculado, que tem suas raízes no urbanismo grego do século V (plano hipodâmico) e que permanece moderno no século XIX, foi certamente estimulada, aqui, pela topografia. É que, quase rigorosamente plano, o sítio ajustava-se exemplarmente à regularidade do traçado geométrico. Isto, como se sabe, não corresponde à maioria das cidades brasileiras, cujo relevo acidentado acabou por determinar a implantação de muitas vias tortuosas e estreitas.

E não é apenas a regularidade que merece atenção. Quase todos os viajantes-escritores do século XIX registram como positivo o fato de que, além de retas, eram bastante largas as ruas de Pelotas. Quer dizer: ademais

São Francisco/São Jerônimo) e a atual Lobo da Costa, que se chamava São Paulo a leste e Hércules a oeste.

^{**} A Santa Cruz, no quadro de 1815; a Barão de Butuí e a Barão de Mauá, no quadro de 1830.

de empregar-se sistematicamente o urbanismo ortogonal (e também por causa desse emprego), procurou-se manter uma média maior que dez metros de largura para cada artéria. E isso não é comum, sobretudo se pensarmos que no início do século XIX (na época em que se adotou aqui o primeiro projeto) a planificação das vias correspondia essencialmente à necessidade de circulação de muito poucos pedestres, cavalos e burros de carga.

Uma outra conclusão a que se chega, examinando em detalhe a história das nossas ruas: as suas denominações atravessaram cinco fases distintas, não coincidentes com os projetos urbanos. De início, foram identificadas com características ou nomes próprios particularmente locais: em 1815, foram Rua das Fontes, do Comércio, do Açougue, da Lagoa; logo depois, Rua da Indígena, do Castro, Fabiano Pinto, Alferes Inácio. Em 1854, surgiram as primeiras alterações (relativamente às ruas que já existiam), quando muitas delas passaram a homenagear santos universais da Igreja católica: São Domingos, Santa Bárbara, São Miguel, Santo Inácio. Em 1869, aproximando-se do fim a Guerra do Paraguai, Pelotas aderiu às explosões do civismo brasileiro e as ruas passaram a ser General Osorio, Andrade Neves, Voluntários, Marcílio Dias. Em 1895, coincidindo com a consolidação da República, transformaram-se em Benjamin Constant, Deodoro, Floriano, Quinze de Novembro.

Observe-se que a preferência genérica, hoje, por nomes próprios de expressão nacional, fez com que se mantivessem nas placas de esquina a maioria das denominações dessa terceira e quarta fases. Era o momento, também, do apogeu, e Pelotas está mais identificada,

a partir de 1860, com a idéia de nação.

Por fim, a homenagem a vultos históricos de expressão local tem a data de 1922, ano das comemorações do centenário da Independência. Nesse ano Fernando Osorio publica *A Cidade de Pelotas* e influi para que as ruas do Bairro da Luz se denominem Pinto Martins, Antônio dos Anjos, Padre Felício.

Espero que este guia histórico interesse ao leitor mais velho. Que possa recordar, nele, fatos que presenciou, acontecimentos que aprendeu, lugares por onde andou, calçadas e esquinas que percorreu –enfim, os passeios da cidade antiga. E ao leitor mais jovem –que pode, quem sabe, concentrar-se e ficar ligado no que um dia foi, talvez no que deixou de ser, aquela rua larga e reta onde reside, ou onde vai fazer as suas compras, ou por onde cruza, de ônibus, de moto, de automóvel. Ela, fixar-se naquelas pedras, irregulares e úmidas, que observou o namorado, de manhã, atravessar a pé. E ele, pode ser que queira –não por muito tempo, num momento breve– desviar os olhos: é o entorno de onde vive, suspira e sonha, eternamente prisioneira dos encantos seus, a sua doce amada.

A

ALBERTO ROSA, CORONEL

(De sentido longitudinal; entre a Álvaro Chaves e a Almirante Barroso.)

Primeira rua paralela à Barroso no sentido leste, dá início ao tradicional Bairro da Várzea.

Foi projetada ao final da década de 1860 pelo engenheiro da municipalidade Romualdo de Abreu e Silva, mais tarde responsável pela edificação do prédio da atual Prefeitura (1878-1881), juntamente com o construtor Carlos Zanotta. Romualdo, graças à sua verve e ao seu espírito imaginoso, teria fornecido "as sugestões e os elementos" que permitiram ao escritor J. Simões Lopes Neto elaborar, literariamente, os *Casos do Romualdo*. De ilustre família rio-grandense, era irmão do Senador Florêncio, nome dado ao principal logradouro público de Porto Alegre.

Em 16 de setembro de 1870, por um ato da Câmara Municipal, esta rua recebeu o nome de Aquidabã –arriado, na República do Paraguai, onde foi morto o presidente Francisco Solano López, no dia 1º de março de 1870, fato que pôs termo à chamada Guerra do Paraguai. (A homenagem dos vereadores pelotenses verificou-se, portanto, seis meses e meio depois do evento.)

De início, conforme Alberto Cunha, a rua Aquidabã, estando situada na parte baixa da cidade, foi habitada por pessoas muito humildes, mas também, de forma significativa, por verdureiros que tinham banca no Mercado (inaugurado na década de 1850) e que se dedica-

vam, no interior e nas proximidades da rua, a cultivar hortaliças. Em 1889, ao iniciar-se a República, contava com apenas 17 casas, provavelmente todas na altura do centro. Em 1908, o relatório do intendente (cargo que corresponde, hoje, ao de prefeito) Cipriano Rodrigues Barcelos refere-se a uma desapropriação de terrenos e prédios para o aumento desta rua. Hoje, na direção sul, nas quadras que fazem esquina com a Benjamin Constant, abriga o campus da área de Ciências Humanas da Universidade Federal.

Recebeu o nome atual na segunda década do século XX. Alberto Roberto Rosa, coronel da Guarda Nacional, nascido na cidade do Rio Grande, prestou inumeráveis serviços a Pelotas. Proprietário de terras, sócio do Coronel Pedro Osorio, entrou com uma parte do capital que permitiu a criação do Banco Pelotense, em 1906 –as outras partes foram incorporadas por Francisco Antunes Gomes da Costa (Barão do Arroio Grande), Joaquim Augusto de Assumpção (Barão do Jarau), Plotino Amaro Duarte e Eduardo Siqueira. Foi o idealizador da Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência (CTMR), em 1919.

Alberto Rosa residia num sobrado da praça Coronel Pedro Osorio, então Praça da República, onde hoje se ergue o Edifício Álvaro Rosa (em homenagem a seu filho), e já tinha sido patrono da atual rua Princesa Isabel, que passa à direita do edifício.

ÁLVARO CHAVES

(De sentido longitudinal; entre a Bento Martins e a Alberto Rosa.)

Para iniciar a urbanização do que se chamou Bairro da Várzea, foi projetada no fim da década de 1860 e junto com a Alberto Rosa, Bento Martins e João Pessoa, pelo engenheiro Romualdo de Abreu e Silva [ver *Alberto Rosa, Coronel*].

No ano de 1870, oficializou-se como Rua da Constituição, que também serviu de topônimo para uma das praças da cidade –a extinta Praça da Constituição, ex-Praça das Carretas, localizada num espaço hoje ocupado pela praça Vinte de Setembro.

A constituição brasileira a que se referia o nome da rua, sendo a primeira e única sob o regime monárquico, fora outorgada pelo imperador Pedro I em 25 de março de 1824, após dissolução da Assembléia Constituinte. Todavia, a partir do Ato Adicional de 1834, pode-se dizer que perdeu o caráter de carta outorgada: a livre discussão e votação dos assuntos de governo pela Câmara dos Deputados –inicialmente também pelo Senado– conferia-lhe, dez anos depois, a virtude da legitimidade.

Também esta rua teria sido, de início, ocupada, na altura do perímetro central, por hortas dos primeiros verdureiros do Mercado [ver *Alberto Rosa, Coronel*]. Por suas terras soltas, formadas de remotos aluviões, diz Alberto Cunha que a zona da Várzea ou Baixada era terreno propício para o cultivo de hortaliças.

Recebeu a denominação atual em 7 de setembro de 1922, dia do centenário da Independência. Álvaro Cha-

res (1861-1890) era neto de um culto charqueador português que hospedou, em 1820, o sábio naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire; era filho do dr. Antônio José Gonçalves Chaves, também homenageado em placas de esquina na antiga rua Jataí [ver *Gonçalves Chaves*].

Propagandista da Abolição e da República, Álvaro fundou em São Paulo, onde se formou em Direito, o Clube Republicano Vinte de Setembro, do qual foi orador oficial. É um dos responsáveis pela inauguração, em 20 de setembro de 1885, dia do cinqücentenário da Revolução Farroupilha, do obelisco a Domingos José de Almeida, no Areal, coluna de oito metros de altura, considerado o único monumento público erguido no Brasil, durante a Monarquia, ao ideal republicano.

Álvaro morreu muito moço, aos 29 anos de idade, mas logo depois de ver realizados os seus sonhos: Abolição e República.

AMARANTE, DOUTOR

(De sentido transversal; entre a rua Padre Felício e a avenida Bento Gonçalves.)

Primeira rua, no sentido norte, paralela à Avenida, dá início à chamada Zona Norte, conhecida como Bairro da Luz desde os primeiros decênios do século XIX [ver *Rafael Pinto Bandeira*].

Foi projetada no fim da década de 1850 pelo engenheiro Romualdo de Abreu e Silva [ver *Alberto Rosa, Coronel*], ao mesmo tempo que as atuais Padre Felício, Antônio dos Anjos, Rafael Pinto Bandeira e Pinto Martins.

Por resolução da Câmara Municipal, no dia 19

de fevereiro de 1858 foi batizada como rua **Vinte e Cinco de Março**, para comemorar a data em que dom Pedro I outorgara a primeira constituição imperial [ver *Álvaro Chaves*].

Com esse nome permaneceu até 15 de novembro de 1895, quando trocou de data: passou a se chamar **Vinte e Quatro de Fevereiro**, para festejar o dia em que fora promulgada a primeira constituição republicana, em 1891. (Observe-se que os vereadores pelotenses, estimulados pelo novo regime, substituíam uma homenagem monárquica por uma republicana de modo singular: mudando o nome da rua, que acabou por mesclar, na tessitura da sua história, duas constituições e duas formas de governo.) Essa carta de 24 de fevereiro é tida como liberal e democrática, sendo os seus pontos principais, como a do seu modelo –a constituição dos Estados Unidos–, o federalismo, o presidencialismo e o regime representativo.

No mês do centenário da Independência –setembro de 1922–, várias festividades tiveram lugar em Pelotas, entre elas a do lançamento do livro clássico de Fernando Osorio, *A Cidade de Pelotas*. Como parte das comemorações, muitas ruas tiveram as suas denominações alteradas; afora outras, três das cinco projetadas em 1858 no chamado Bairro da Luz. Mas esta, como a atual Rafael Pinto Bandeira, ficou sendo uma exceção, e permaneceu 24 de fevereiro ainda por muitos anos.

Só em 1950 foi que passou a se denominar Doutor Amarante, em homenagem ao humanitário médico Francisco de Paula Amarante (1863-1937), que nasceu em Cacimbinhas, atual Pinheiro Machado, mas que se transferiu para Pelotas com três anos de idade e aqui

linicou durante cinqüenta anos. Já em 1937, cinco meses antes da sua morte, a sociedade pelotense obsequiou o dr. Amarante, que residia num dos prédios da praça Coronel Pedro Osorio, com dois presentes, visando assinalar o seu jubileu de formatura: um banquete no Grande Hotel e um *big* automóvel...

ANCHIETA

(De sentido longitudinal; entre a Félix da Cunha e a Quinze de Novembro.)

Integrando o primeiro loteamento da cidade, foi projetada em 1815 pelo *piloto* Maurício Inácio da Silveira, com certeza parente da benemérita da freguesia dona Mariana Eufrásia da Silveira [ver *Mariana, Dona*]. Observe-se: o título de piloto, que qualifica o nome de Maurício Inácio, é um brasileirismo exclusivo do Rio Grande do Sul, significando medidor de terras ou agrimensor.

Nessa ocasião –em 1815– a Anchieta foi batizada de **rua da Igreja**, por estar edificada em seu percurso a primitiva capelinha, desde 1910 Catedral de São Francisco de Paula. Compreendia, então, apenas sete quadras: entre as atuais avenida Bento Gonçalves e rua General Neto.

Com o tempo, porém, converteu-se numa das ruas mais extensas de Pelotas, atravessando a cidade do Porto à Zona Norte. Na direção sul, no ano de 1857, e ainda como Rua da Igreja, nela inaugurou-se o primeiro hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência, um dos nossos mais antigos prédios públicos a serem erguidos num recanto afastado do centro: fazia esquina com a

atual Benjamin Constant, então São Domingos. E nos primeiros decênios do século XX, a partir da Avenida, na direção norte, esta rua, no espaço de umas quatro quadras, era servida por uma linha de bondes.

Em 8 de novembro de 1869, chamou-se **General Vitorino**, em homenagem ao militar Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro, que, ademais de rimar desde o berço todos os sobrenomes, vinha se salientando na Guerra do Paraguai, então em pleno andamento. De Rua da Igreja foi sendo chamada, a partir de então, a atual **Doutor Miguel Barcelos**, pela sua proximidade com a igreja matriz.

Em 19 de março de 1934, dia do quarto centenário do padre José, o primeiro apóstolo do Brasil, que escrevia poemas à Virgem nas areias da praia, foi rebatizada –e com o magro nome de Anchieta. De início, chamou-se assim apenas a partir da Praça na direção norte. Mas, com o tempo, criou mais corpo e substituiu inteiramente o general Vitorino nas placas de esquina.

No ano de 1928, entre a Praça e a Catedral, ergueu-se nesta rua o Cine Capitólio, que, somando-se ao Guarani, Apolo e Avenida, veio completar a série de “cinematógrafos” construídos na primeira metade do século XX com a colaboração de Francisco Santos. O português Chico Santos havia sido, no final do século anterior, um dos pioneiros –acredite, não é exagero– da produção cinematográfica mundial.

ANDRADE NEVES

(De sentido longitudinal; entre a Quinze de Novembro e a General Osorio.)

Já figurava na primeira planta do povoado (1815), dentro dos lotes urbanos do capitão-mor Antônio dos Anjos. Juntamente com outros 18 logradouros, viu a freguesia surgir, transformar-se em vila, a vila em cidade. No ano de 1818, enquanto as suas vizinhas –dos Canários e Augusta– tinham 13 e 3 prédios, respectivamente, ela já se apresentava com 14.

Lembra Alberto Cunha que em todas as ruas da freguesia (e, depois, da vila, e até da nascente cidade) era fácil, no início do século XIX, cultivarem-se jardins, hortas e pomares. É que, em primeiro lugar, não eram pavimentadas; depois, porque naqueles tempos o que se plantasse vivia, sem exigir maiores cuidados –nem agrotóxicos. Tivemos, em virtude disso, a rua Alegre, a da Horta, a dos Coqueiros. Mas à Andrade Neves é que estava reservado o nome –que, aliás, merecia ser eterno– de Rua das Flores.

Só que, infelizmente, nem sempre e apenas flores haveriam de marcar o seu percurso. Nela também existiu, antes de 1850, defronte a um antigo cemitério e entre a Avenida e a Doutor Amarante, a primeira força que funcionou em Pelotas, nesse ano transferida para a Praça das Carretas, depois Praça da Constituição, hoje, em parte, praça Vinte de Setembro. Quando o Império aboliu a pena de morte, a força foi desmanchada, depositando-se as suas peças de madeira, primeiro, no prédio da cadeia pública e, depois, nas dependências do Mercado. Mais adiante esse material foi utilizado para

obras municipais, conforme Simões Lopes Neto: "em ombreira de porta, em arco de janela, em trave de baia etc."

Um dia –em 10 de fevereiro de 1869– chamaram a Rua das Flores de Andrade Neves, nome pelo qual é conhecida até hoje. O general José Joaquim de Andrade Neves, Barão do Triunfo, foi, como se sabe, um destacado herói rio-grandense da Guerra do Paraguai, tendo morrido, em consequência de um ferimento, pouco depois do combate de Lomas Valentinas. O combate fora travado em fins de dezembro de 1868, menos de dois meses antes da homenagem pelotense.

Hoje a Andrade Neves é caracterizada, no perímetro central, pelo seu intenso comércio. Mas só adquiriu essa particularidade na segunda metade do século XX.

Antes, desde a fundação da freguesia, a verdadeira Rua do Comércio era a Félix da Cunha. Depois, a partir de 1850, as melhores "casas de negócio" transferiram-se para a rua Quinze. Por volta de 1950, Quinze e Andrade já partilhavam, juntas, a condição de centro comercial de Pelotas. Mas com o surgimento do primeiro "calçadão", mais recentemente, a Andrade Neves ficou sendo, nesse particular, o nosso logradouro principal e o mais movimentado.

ANTÔNIO DOS ANJOS

(De sentido transversal; entre a Rafael Pinto Bandeira e a Padre Felício.)

Foi projetada no fim da década de 1850, juntamente com as duas ruas que lhe são vizinhas mais a Doutor Amarante e a Pinto Martins.

Recebeu, em 1858, aos 19 de fevereiro, o nome de rua Bela, aliás curiosamente original: nessa época já era regra utilizarem-se datas, santos ou vultos históricos para denominar as ruas; não mais, como neste caso, uma identificação tão lírica, tão... bela, mesmo. Nessa ocasião ela haveria de ter –verifique o leitor se não tem até hoje– um atrativo especial, alguma espécie de “charme” que justificasse o topônimo.

Antônio dos Anjos, o vulto histórico cujo nome esta rua perpetuou em 7 de setembro de 1922, dia do centenário da Independência, poderia ser considerado –tanto quanto Pinto Martins ou o padre Felício– fundador de Pelotas. Isto se vingasse a insistência, por parte dos historiadores oficiais, de impingir necessariamente um patrono para cada cidade.

Charqueador de grandes posses, capitão-mor deste primitivo distrito da Vila do Rio Grande, Antônio dos Anjos foi o primeiro proprietário dos terrenos que deram origem ao povoado. Foi ele quem loteou as 19 ruas que configuraram a primeira planta urbana, entre Avenida e General Netto, Barroso e Marcílio Dias.

Nascido em 1755, foi batizado de Antônio Francisco dos Anjos, e, logo que cresceu, apelidado de “Fragatinha”, por ser filho de contramestre de navio. (Depois uma parte do arroio Moreira, que servia de divisa à sua charqueada, tomou-lhe a alcunha de empréstimo, sem o diminutivo, partilhando-a mais tarde com todo o chamado *bairro-cidade*.) Antônio dos Anjos faleceu em 1839, aos 84 anos de idade.

O viajante inglês John Luccock, que aqui esteve em 1809, refere-se a um indivíduo, de nome José Antônio dos Anjos, que num só ano surpreendentemente abateu

54 mil cabeças de gado, "charqueando-lhes a carne". Auguste de Saint-Hilaire, na sua famosa *Viagem ao Rio Grande do Sul*, anota, no dia 7 de setembro de 1820: "Vários negociantes do Rio Grande e alguns proprietários da vizinhança, todos muito bem vestidos, estavam reunidos na casa do coletor geral. Entre eles estava um velho residente da região, há vinte anos, e que foi o primeiro habitante do lugar [sic]. Então as margens do canal eram cobertas de pântanos; ele devastou e drenou as terras, vendendo retalhadamente grande parte da sua propriedade."

Aquele charqueador e aquele velho morador seriam, certamente, a mesma pessoa, embora não tivesse o nome de José Antônio e nem se possa considerar o primeiro habitante da localidade.

Em 1820, quando o conheceu o sábio francês, tinha 65 anos de idade o patrono desta rua. Aliás, uma rua apenas próxima das muitas que, efetivamente, lhe pertenceram.

ARAÚJO, PROFESSOR

(De sentido longitudinal; entre a Santos Dumont e a Marcílio Dias.)

Foi projetada no primeiro loteamento urbano, dentro dos terrenos do capitão-mor Antônio dos Anjos. Ficou consignada, na primeira planta (20 de maio de 1815), como Rua das Lavadeiras. Mas, por causa de um dos seus moradores, fabricante e vendedor de artefatos de ouro e prata, era chamada, extra-oficialmente, de rua Francisco Ourives.

A Rua das Lavadeiras tinha, então, apenas três qua-

dras: no sentido norte-sul, ia da atual Avenida (Rua do Passeio) até à atual Major Cícero (Rua do Torres). Como passassem, próximo ao seu curto trajeto, as águas sempre límpidas do arroio Santa Bárbara, e como ali se lavasse a roupa suja da freguesia, era lógico que adquirisse essa designação original. Ceroulas, corpetes, calçolas com babados e fitas expunham-se nos coradouros e varais; devia ser grato ao transeunte, também, o espetáculo das pernas roliças e bem torneadas daquelas jovens aldeãs, convidando ao pecado numa reboleira de mato, ali perto.

Em 10 de fevereiro de 1869, o seu Chico Ourives viu-se substituído, talvez com pena de ouro, por **Manduca Rodrigues**, herói pelotense da Guerra do Paraguai. O coronel de comissão Manuel Rodrigues de Oliveira, morto no combate de Potreiro Ovelha em 29 de outubro de 1867, deixou viúva dona Ana do Carmo e órfãos dois filhos menores; por isso o Exército, menos de dois anos depois, diante da sua situação de miserabilidade, concedeu-lhes pensão, atendendo a um pedido do general Osorio. Já a nossa Câmara, nessa ocasião, lhe havia homenageado a memória em placas de esquina, exatamente ao longo da rua onde modestamente habitara.

Com o passar do tempo, aquelas três quadras primitivas foram se multiplicando no espaço. Tomou tal vulto esta rua que, só no centro da cidade, julgaram necessário os nossos vereadores dividi-la em três. De modo que, do norte para o sul, ela se chama hoje de rua Professor Doutor Araújo, avenida Saldanha Marinho e, no seu terminal, Manduca Rodrigues. A memória do velho coronel ainda se mantém, mas só num recanto da rua.

Francisco José Rodrigues de Araújo foi um dos mais abnegados professores da cidade de Pelotas. Diretor e lente do Ginásio Pelotense, professor das escolas de Farmácia e Odontologia, da Escola de Agronomia Eli-seu Maciel e da extinta Academia de Comércio, entre outras instituições de ensino, nada mais justo do que consagrar-lhe nesta rua o nome, acompanhado de dois dos seus variados títulos. Porque uma parte –a maior– desta rua está registrada nas placas, por extenso, como Professor Doutor Araújo.

ARGOLO, GENERAL

(De sentido transversal; entre a avenida Bento Gonçalves e as ruas Senador Mendonça e Doutor Miguel Barcelos.)

Na primeira planta urbana, que é de 1815, aparece como Rua da Vigia. Deveria ter então, no seu percurso, alguma espécie de guarita, de sentinela estrategicamente disposta com o objetivo de manter a segurança e a tranqüilidade daqueles poucos moradores da incipiente freguesia.

Era obstruída, em diversos pontos, por tapumes e alinhamentos tortuosos, o que já seria um defeito, tendo-se em conta as características do povoado, suas ruas largas e, sobretudo, retas. Por isso, em 1855 foi conservada, corrigida e realinhada em toda a sua trajetória, desde a Rua das Fontes (Barroso) até à da Boa Vista (Marcílio Dias).

Houve, além do mais, uma outra particularidade, identificadora da Rua da Vigia: em todos os cruzamentos das longitudinais possuía bueiros, porque ao longo do seu percurso corria uma sanga, na direção do ar-

roio Pepino. Sendo profundo e repleto de atoleiros, esse valo havia de constituir permanente ameaça à integridade física dos nossos caros avós. Exatamente por causa desse fato é que foi construído, um dia, o famoso canalete da já então rua Argolo, com as suas decorativas, suas lindas floreiras.

Hoje sem utilidade prática e servindo para acúmulo de lixo, discute-se às vezes o destino daquele fosso histórico; inclusive já se promoveu, sobre a questão, polêmico "plebiscito", canalizando algum prestígio para os seus promotores mas igualmente não desaguando em nada, a exemplo do próprio canalete. O tema é delicado e sério, uma vez que envolve, de um lado, a saúde da população, e de outro o acervo arquitetônico da cidade –valores que, idealmente, jamais poderiam se entrincheirar em margens opostas.

Era baiano o general Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, filho natural do Barão de Cajaíba, que não o quis reconhecer como filho, a não ser no seu derradeiro instante –quando o general, então, recusou-se a tê-lo como pai legítimo. Considerava-o Caxias um dos mais valentes e o mais retraído dos seus soldados. Não se sabe se por timidez, mas o fato é que morreu solteiro, aos 48 anos de idade, na Bahia, quando já era Visconde de Itaparica e marechal-de-campo, ambos os títulos outorgados por reconhecimento ao seu heroísmo na Guerra do Paraguai.

Não houve bueiro, em vida, que lhe embargasse os passos curtos. Apesar da sua prevenção contra os oficiais de elevada estatura –porque era baixinho–, morreu grande na história do Brasil e permanece

longilíneo no cotidiano de Pelotas: aqui ocupa até hoje toda a dúzia de quadras da antiga Rua da Vigia.

B

BARROSO, ALMIRANTE

(De sentido longitudinal; entre a Alberto Rosa e a Santa Cruz.)

Limite leste da freguesia no mais antigo loteamento urbano (1815), sabe-se que antes de receber um nome oficial vinha sendo chamada, pelos poucos primeiros habitantes do lugar, de Rua de Baixo. Com o nome de Baixada, lembre-se, é que se conhece ainda hoje, na altura do perímetro central, a zona da Várzea, que começa logo em seguida à Barroso.

Rua de Baixo... Supõe Alberto Cunha que ao capitão-mor Antônio dos Anjos, certamente orgulhoso das ruas que mandara projetar, com certeza paternal com relação a elas, não deveria agradar o topônimo; poderia transmitir, quem sabe, uma certa impressão de inferioridade. Para apagá-lo da idéia e da idéia dos contemporâneos, pareceu-lhe mais conveniente riscá-lo e escrever na planta: Rua das Fontes.

E não faltavam razões para a mudança. Na antiga Rua de Baixo foi que se localizaram as primeiras cacimbas, onde o povo podia se abastecer de água para o consumo caseiro. (Não se sabia, ainda, como construir algibes no interior das propriedades [ver Sete de Setembro] e ainda faltavam muitos anos para que se importasse da

França o chafariz da Praça.)

Pioneira das águas, também teria a Barroso uma particularidade no setor de esgotos: sobre uma profunda fossa, na esquina com a Doutor Cassiano, houve no início do século XX uma imensa chaminé, a que o povo chamava, ironicamente, de "coluna Vendôme". Vê-se que o povo, então, era culto: fazia referência ao monumento erguido em Paris, no ano de 1810, na praça do mesmo nome. Seu bronze (o da coluna de Paris, é claro) foi fundido de 1.200 canhões tomados do inimigo nas campanhas napoleônicas de 1805 e 1807; seguia o modelo da coluna de Trajano, em Roma. Mas com tanto detalhe, por mais culto que fosse, já o povo de então não se ocupava.

Nos mais primitivos tempos –diz Alberto Cunha– poderia se supor que ali, na Rua das Fontes, na entrada da Várzea, a água fosse sempre clara, límpida e pura, filtrada naturalmente por camadas de areia. Mesmo assim, existem informações, nas velhas atas da Câmara Municipal (a partir de 1832, portanto), de que o poder público mandava proceder com regularidade à limpeza das suas fontes. Não se pode esquecer que no início da rua (esquina com a Bento Gonçalves) haviam sido enterrados, entre 1812 e 1820, os primeiros mortos da freguesia.

Em homenagem ao herói da Guerra do Paraguai, Francisco Manuel da Silva Barroso (herói, por sinal, de águas e de mares), foi no dia 12 de fevereiro de 1869 que a Rua das Fontes passou a se denominar Barroso –como a tratamos, na intimidade– ou Almirante Barroso –como se escreve nos envelopes de correspondência.

Mais para os lados do sul, e na segunda metade do

século XX, funcionou num prédio da Barroso o Colégio Diocesano (hoje, um campus da Universidade Católica), de saudosíssima memória.

BENJAMIN CONSTANT

(De sentido transversal; entre a Almirante Tamandaré e a Conde de Porto Alegre.)

Foi uma das 15 ruas projetadas a partir de 1830 nos terrenos loteados por dona Mariana Eufrásia da Silveira e que deram continuidade, na direção sul, ao primeiro povoado que se formara em derredor da igreja. Chamou-se então Rua da Indígena, em alusão provável a alguma moradora índia, remanescente da raça que, recenseada na freguesia em 1814, acusou, naquele distante ano, o exato índice de 105 habitantes.

Durante muito tempo, como informa Alberto Cunha, a Benjamin Constant teve parte do seu trajeto interrompido por chácaras e plantações. Para chegar-se ao centro a partir da Praia (como eram conhecidas as margens do São Gonçalo, na zona do Porto), até 1865 era preciso atravessar veredas, percorrer atalhos que se iam rasgando lentamente no interior da Várzea.

Nesse ano visitou-nos pela segunda vez o imperador Pedro II, proveniente de Jaguarão, na companhia do genro francês Gastão de Orleans, que haveria de escrever, lembrando essa visita, um livro cheio de referências elogiosas a Pelotas. Como Sua Majestade viajasse de navio, a Câmara julgou que era chegada a hora de franquear ao trânsito, do Porto para o centro, todas as ruas até então obstruídas. Entre elas, a Benjamin. De resto, vê-se que não é de hoje que se arruma a casa, que há al-

gum tempo não se arrumava convenientemente, com o objetivo de aguardar visitas...

Muito antes, porém –ainda interrompida em seu percurso–, a mesma Câmara já lhe havia substituído o nome, colocando-a sob as bênçãos de um santo católico. Desde novembro de 1854 era como São Domingos que ela recebia freqüentemente, se não o imperador, todo o aristocrata e qualquer plebeu que demandasse, por via fluvial, à cidade elegante, generosa e hospitaleira.

Isso até o ano de 1895, quando esta importante artéria da zona sul da cidade recebeu o nome do carioca Benjamin Constant Botelho de Magalhães, líder positivista, professor de matemática na Escola Militar e no Instituto de Cegos, talvez o maior responsável pela recente proclamação da República.

Por esse tempo um excêntrico médico suíço, Guilherme Rheinberg, aqui cognominado de “Doutor Alemão”, andou construindo na Benjamin, entre Quinze e Andrade Neves, uma série de edificações, de arquitetura tipo “caixa de fósforos”, hoje comum mas bastante insólita para a época. Produzia ali o “Doutor Alemão”, em laboratório, o seu famoso Licor de Ouro, uma beberagem capaz de liquidar, sem piedade, com toda e qualquer moléstia. Morreu mesmo assim, o dr. Guilherme, no final do século, mas ainda em 1905, como se lê nos anúncios do *Diário Popular*, o sabonete medicinal Rheinberg, trazendo no rótulo o retrato do “Doutor Alemão”, era preparado por R. Neumann, seu primitivo e único produtor. Vendia-se com grande sucesso nas boas casas do ramo.

No ano de 1890, portanto ainda sob o nome de São Domingos, esta rua passara a alojar a extinta Cervejaria

Sul-Rio-Grandense, de Leopoldo Haertel, fabricante, entre outras, das saborosas cervejas Peru, Porco e São Luís.

BENTO MARTINS

(De sentido longitudinal; entre a João Pessoa e a Álvaro Chaves.)

Teve a mesma origem das ruas que lhe são vizinhas e da Alberto Rosa: foi projetada pelo engenheiro Romualdo ao findar da década de 1860, em terrenos da Várzea.

Começou a ser habitada pelos lados do Porto; quando quis se alongar, na direção do centro, teve de romper matagais e plantações de verduras [ver *Alberto Rosa, Coronel*]. Mas, ao contrário das outras ruas que lhe são contemporâneas, na verdade ao contrário de quase todas as outras ruas do centro da cidade, jamais trocou de nome: chama-se Bento Martins desde que foi inaugurada, em 1870.

É certo que nem todos saberão, hoje, quem tenha sido Bento Martins. Embora general e combatente na Guerra do Paraguai –um episódio que se mostrou extraordinariamente fértil na produção de heróis nacionais–, esse militar não freqüenta as páginas da nossa história com a mesma assiduidade de um Caxias, de um Osorio, de um Andrade Neves, de um Marcílio Dias, de um Barroso, de um Tamandaré. Mas, mesmo quando outros grandes nomes acabaram por ser substituídos nas placas de esquina; mesmo quando datas anteriormente emblemáticas –como o 7 de abril– passaram a ser incompreendidas no significado que pretendiam traduzir.

zir, e por isso foram sucessivamente trocadas, Bento Martins, que muitos não sabem quem foi, permaneceu para sempre –e já faz mais de um século– identificando uma rua de Pelotas. E, dentro do espaço, cumpre essa função ao longo de um trajeto mais ou menos extenso, que vai da Conde de Porto Alegre até à Doutor Cassiano.

Pode-se conjecturar, é verdade, que esta tradição secular venha sendo facilitada por uma circunstância fortuita. Bento Martins é um nome fácil de guardar, se pensarmos nele como a junção parcial de Bento Gonçalves com Pinto Martins –respectivamente a avenida mais importante do centro da cidade e uma rua da Zona Norte que homenageia o fundador das charqueadas.

Não posso garantir que seja esta a causa da sua perpetuidade, mas parece provável que esta espécie de malabarismo vocabular ajuda a fixar seu nome, imperceptivelmente, na memória da população.

BOAVENTURA BARCELOS, VEADOR

(De sentido longitudinal; entre a Silveira Calheca e a Doutor J.B. Gonçalves.)

Projetada em 1910, foi aberta somente em 1926. Localizava-se às margens do então lodacento e infecto arroio Pepino, já estando na ocasião tudo preparado para que ali passasse uma avenida –plano do urbanista Fernando Rullmann, da administração Pedro Osorio (1920-1924)–, que pode ser considerada precursora da atual Juscelino Kubitschek. A planificação desta rua, bem como da Garibaldi, Visconde de Jaguari e Silveira Ca-

lheca, deve-se a uma antiga iniciativa do Sindicato Moreira [ver *Garibaldi*].

Recebeu naquele mesmo ano o nome de Veador Boaventura Barcelos – e não de Vereador Boaventura Barcelos, como consta há muito tempo das listas de assinantes da CTMR. O que, aliás, é um lapso comprehensível e não acarreta maiores prejuízos: ruim seria se, em vez de acrescentar ao título essa segunda sílaba, lhe fosse suprimida a última letra.

Por sinal, Barcelos chegou mesmo a ser eleito vereador em Pelotas, só que nunca tomou posse. Quando foi instalada a Vila de São Francisco de Paula, em 1832, conquistou a vereança, juntamente com seu irmão, Cipriano. Mas, como a lei das municipalidades impedia que dois irmãos ocupassem o mesmo cargo, tomou assento Cipriano, por ser o mais velho. A boa ventura, como compensação, reservava ao mais moço uma outra tarefa, duas letras menor que a de vereador mas certamente de maior prestígio, uma vez que exercida na Corte, no interior do Paço Imperial.

Um veador de Sua Majestade, a imperatriz, desempenhava função que há de parecer esquisita aos olhos de hoje: a de ver, ou seja, fiscalizar corredores e quartos régios para que dona Teresa Maria Cristina passasse por eles ou neles entrasse sem nada cuidar e nada temer... O encargo há de ter sido, para o nosso Barcelos, apenas nominal; mas se acaso tivesse, mesmo, que se desincumbir da função, percorreria o veador trajeto mais longo do que a própria rua – com duas quadras apenas – a que ele acabou emprestando a fidalguia do seu título.

BUTUÍ, BARÃO DE

(De sentido transversal; entre a Princesa Isabel e a Lobo da Costa.)

Muito difícil é precisar rigorosamente a data do seu nascimento. Surgiu entre 1830/1835: não figura na lista das 15 transversais projetadas por volta de 1830 nos terrenos de dona Mariana Eufrásia da Silveira [ver *Marianna, Dona*], mas já consta de uma planta levantada pelo engenheiro norte-americano Eduardo Kretschmar em 1835 –ano em que teve início a Revolução Farroupilha.

Nesse mesmo ano em que Pelotas foi elevada à condição de cidade (no dia 27 de junho, menos de três meses antes de explodir a rebelião), possuía a atual Butuí apenas uma quadra, entre a Rua Alegre (Gonçalves Chaves) e a Praça. Na direção leste, o que havia eram áreas particulares de antigas chácaras; na direção oeste, desembocava a rua, como até hoje desemboca, no centro da Praça.

Pode-se dizer, aliás, que a Butuí e a Coronel Pedro Osorio são irmãs gêmeas, por nascimento e batismo: enquanto que a esta deram o nome de Praça da Regeneração, a rua passou a se chamar Rua da Regeneração (alusão, em ambos os casos, à abdicação de dom Pedro I, em 7 de abril de 1831, e ao consequente início do período regencial, quando o Brasil começou a ser governado por brasileiros).

Durante muito pouco tempo, curiosamente, esta rua teve o nome de Demétrio Ribeiro. Demétrio foi um dos mais antigos propagandistas republicanos no território rio-grandense, e quando a República surgiu, em 1889, participou do governo provisório, na condição de mi-

nistro da Agricultura. Praticamente não houve então cidade, vila ou lugarejo do torrão gaúcho –pode-se dizer até que do Sul do Brasil– que não se dispusesse a homenageá-lo em placas de esquina. Pelotas seguiu a regra, em 4 de março de 1890, mas de forma efêmera: em 1891, no mesmo instante em que a cabeça do ministro rolou do poder –como se diz agora, eufemisticamente–, as placas também tombaram, e a rua voltou a ser, como era antes, Rua da Regeneração.

E permaneceu assim até que os vereadores se deram conta do antiquado desse nome. Tão fora de moda se achava em 1909 que devia ser mudado. No dia 20 de setembro –data farroupilha–, substituíram-no por aquele que até hoje conserva.

Butuí era o título nobiliárquico do cidadão português José Antônio Moreira, benemérito da cidade, tesoureiro da Santa Casa, potentado do charque. No seu testamento, o Barão de Butuí –que, conta-se, fora vendedor de galinhas em Portugal– com toda a modéstia determinava que se fizesse o enterro mais simples possível, “sem galés de ouro”, e que o dinheiro que se fosse gastar em pompas rituais antes se empregasse em obras de caridade.

Ainda em 1889 esta rua, que hoje tem dez quadras e que inicia ao lado do Estádio da Baixada (Bento Freitas, do Grêmio Esportivo Brasil), contava com apenas cinco prédios.

C

CASSIANO, DOUTOR

(De sentido transversal; entre a Major Cícero e a Voluntários.)

Pertence ao quadro velho da freguesia –foi projetada na planta de 1815, que demarcou os lotes urbanos do capitão-mor distrital Antônio dos Anjos, o famoso “Fragatinha”. Foi chamada, então, de Rua da Quitanda ou Rua do Padeiro, pois que ambos –negociando hortaliças, ovos, frutas e cachaça, de um lado, e pães, bala-chas e biscoitos, de outro– demoravam-se na tranqüilidade e paz desta rua.

Não atingia, na direção oeste, a Marcílio Dias; duas quadras antes –na atual Santos Dumont– estacava, para dar lugar a um projetado logradouro público, anterior à Praça da Regeneração (Coronel Pedro Osorio) e contemporâneo da Praça da Matriz (José Bonifácio) [ver *Marcílio Dias*]. Essa região foi chamada mais tarde de Cerquinha, por causa de um aterro que a Câmara mandou levantar e por cima do qual foram enterrados galhos de salsos, bambus e figueiras bravas, com o objetivo de que formassem trincheira à invasão das águas do Santa Bárbara. Nela habitavam famílias indígenas e, depois, beduínas, que se abrigavam por detrás das cercas. Nessa zona foi fundado o famoso bloco carnavalesco Girafa da Cerquinha..., mas isso é outra história.

Em 1869, quando os feitos militares da Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai ainda excitavam o patriotismo dos pelotenses, esta rua, que fora do padeiro e da

quitanda, adquiriu por emblema uma data: **Dezesseis de Julho**. Nesse dia do ano anterior dera-se o reconhecimento de Humaitá, quando sobressaiu mais uma vez a figura legendária de Osorio: colocando-se à frente dos seus comandados, como no Passo da Pátria, conduziu-os pela íngreme escarpa do considerado intransponível fosso de Humaitá.

Já no século XX foi que batizaram-na de Doutor Cassiano. Era uma homenagem ao advogado e político pelotense Alexandre Cassiano do Nascimento (1856-1912), que no governo Floriano ocupou as pastas do Exterior, da Fazenda e do Interior e que, supunha-se, tinha influência sobre as outras quatro, sendo por isso conhecido em todo o Brasil como “Ministro das Sete Pastas” –de vez que sete era, então, a soma total dos ministérios da República.

CÍCERO, MAJOR

(De sentido transversal; entre a Senador Mendonça/Doutor Miguel Barcelos e a Doutor Cassiano.)

Integrando os terrenos loteados por Antônio dos Anjos, figura na planta de 1815 com o nome de Rua do Torres. Sabe-se que também era chamada, naqueles singulares tempos, de Rua de Portugal.

Enquanto esta homenagem é óbvia ao entendimento, aquela merece uma ligeira explicação. Houve cronistas, pôsteros àquela primeira geração, que a registraram como Rua das Torres, chegando a supor, por um lado, que ela tivesse no seu trajeto alguma espécie de fortaleza; ou, por outro, que o nome tivesse origem no fato de se avistar, desta rua, os campanários da igreja-mãe.

Pois vai se ver que não é nada disso. Chamou-se Rua do Torres porque se identificou, logo à primeira vista, com um dos mais ilustres dentre os seus poucos moradores: o cidadão Antônio José Torres, em cuja casa, coberta de palha, fizeram-se algumas reuniões para decidir em que lugar deveria centralizar-se a freguesia -se em algum ponto do Laranjal, se na lomba do Asilo ou se na atual Catedral, esta última opção prevalecendo, embora autoritariamente. Essa casa que, reformada, ainda existe, sendo provavelmente a mais antiga da cidade, fica hoje de frente para a Félix da Cunha, esquina Major Cícero.

Logo na segunda metade do século XIX, a atual Major Cícero passou a ser responsável pela preservação de uma data, **Três de Fevereiro**, papel que desempenhou por longo tempo, mas que na entrada do século XX já muito poucos sabiam o que significava (foi o dia em que, no ano de 1852, travou-se a batalha de Morón ou Monte Caseros, quando forças do Brasil, Uruguai, Entre Rios e Corrientes, sob a direção do general Urquiza e tendo no comando brasileiro o brigadeiro Manuel Marques de Souza [ver *Porto Alegre, Conde de*] venceram definitivamente as forças de Juan Manuel Rosas, que a partir daí se pôs em fuga para Buenos Aires, asilou-se a bordo de um navio inglês e dirigiu-se a Londres, de onde nunca mais retornou).

Em parte, este desconhecimento justificou, oitenta anos depois, a sua substituição para o nome atual. Maior que isso, porém, foi o próprio peso político da homenagem.

Ainda com a patente de capitão, Cícero de Góis Monteiro tivera atuação decisiva, no quartel do Nono Regi-

mento, quando se julgou necessário que os pelotenses aderissem, a partir do dia 3, mas de outubro, à Revolução de 1930. No ano de 1932 -e por isso passará a identificar a rua-, o já então major, durante a revolta constitucionalista de São Paulo, morreu em combate, defendendo o governo provisório de Getúlio.

D

DEODORO, MARECHAL

(De sentido longitudinal; entre a General Osorio e a Barão de Santa Tecla.)

Foi uma das primeiras 19 ruas da freguesia, projetada na planta de 1815 e nos terrenos do capitão-mor Antônio dos Anjos com o nome de Rua de Santa Bárbara. Extra-oficialmente, porém, chamaram-na de Rua do Apois, que tem o mesmo significado de "pois", cuja origem latina é equivalente a "depois, detrás". Enfim, após. Mas, depois, detrás, ou após o quê?...

Também há quem pense que o nome de Santa Bárbara foi tomado de empréstimo ao arroio em cuja foz esta rua supostamente nascera. Neste caso, estou certo: é justamente o contrário.

Em 1815 a rua tinha como limites as atuais rua General Netto e avenida Bento Gonçalves. Só mais tarde, por volta de 1830, foi que o povoado se estendeu na direção sul, e a atual Deodoro passou a se confrontar com a nascente do arroio, no encontro das suas águas com o

São Gonçalo. O arroio, que se chamava Santo André, adquiriu então o nome da rua.

Pensando bem, devia ser confusa a identificação, ou a discriminação, de arroio e rua. Para facilitar as coisas, o povo, sábio, apelidou a rua, por conta própria, de Rua do Estaleiro. É que, num despraiado do arroio (que hoje é considerado canal e teve o seu curso desviado do centro da cidade), próximo à ponte do Ramal (a rede ferroviária também não atinge, hoje, a Marechal Deodoro), construíram os nossos próceres um estaleiro, que por muito tempo funcionou.

Nesse estaleiro eram feitos a construção e o reparo das embarcações empregadas no tráfego fluvial da vila, que por sinal era intenso; nele foi montada a barca Liberal, um dos mais antigos barcos a vapor do Brasil, que escorregou para o São Gonçalo, pela primeira vez, em setembro de 1832. Construída, com o concurso de mais três empreendedores, por Domingos José de Almeida, a Liberal foi apreendida pelos caramurus logo no início da Revolução Farroupilha, e acabou servindo ironicamente de cárcere para o seu principal idealizador.

Aliás, o nome de Estaleiro não se limitou em popularidade à Rua de Santa Bárbara: estendeu-se depois por uma longa parte da zona sul da cidade, constituindo provavelmente o primeiro bairro de Pelotas – o chamado Bairro do Estaleiro. Muito tempo depois, sem nem haver resquícios daquela antiga oficina naval, muita gente que habitava a região sudoeste dizia-se moradora do Estaleiro, numa tradição que pareceria jamais sucumbir.

Em novembro de 1854, reunida, a Câmara Municipal decidiu revisar a nomenclatura das ruas. Esta, que já era

Santa Bárbara, permaneceu como tal.

Nos primeiros anos da República foi que lhe puseram sob a égide do seu intemerato proclamador, o marechal Manuel Deodoro da Fonseca, nosso primeiro presidente, de início provisório e logo depois efetivo –mas que em seguida, também, renunciou ao mandato.

F

FELÍCIO, PADRE

(De sentido transversal; entre a Antônio dos Anjos e a Doutor Amarante.)

Foi aberta ao findar da década de 1860, em obediência a um projeto do engenheiro Romualdo de Abreu e Silva [ver *Alberto Rosa, Coronel*], junto com outras quatro ruas da chamada Zona Norte ou Bairro da Luz [ver *Amarante, Doutor*].

Em 19 de fevereiro de 1870 foi batizada como rua São Gonçalo, nome do canal que banha a cidade e que se chamou, remotamente, Sangradouro da Mirim.

Ao comemorar-se o centenário da Independência, em 7 de setembro de 1922, três ruas da Zona Norte tiveram os seus nomes substituídos para homenagear patriarcas do velho povoado: padre Felício, Antônio dos Anjos e Pinto Martins. Passou a rua São Gonçalo a ter como patrono, portanto, o primeiro vigário da freguesia, um dos responsáveis pela sua fundação.

Nasceu o padre Felício na Colônia do Sacramento, no

ano de 1777, e faleceu em Pelotas no ano de 1819, aos 42 anos de idade, quando o seu corpo foi sepultado no interior da futura Catedral. Em 1810, havia viajado ao Rio de Janeiro com o intuito de pleitear a criação de uma nova unidade eclesiástica (uma nova freguesia) "no lugar denominado Pelotas". Dois anos depois, quando o objetivo foi alcançado, receberia o povoado o nome de São Francisco de Paula.

Para a escolha do vigário como representante dos moradores locais, pode ter influído a circunstância de ser irmão de Hipólito da Costa, hoje considerado o patriarca dos jornalistas brasileiros, então redator do *Correio Brasiliense* ou *Armazém Literário*, jornal que se publicava em Londres. Hipólito mais tarde foi vítima da Inquisição, que o manteve em seus cárceres, mas nessa época devia ter algum prestígio junto à Corte, ainda que fizesse oposição ao absolutismo português.

O certo é que a iniciativa teve resultado: em 7 de julho de 1812 era o lugar elevado à condição de freguesia, o que não pressupõe, conforme muitos parecem crer, autonomia administrativa. Pelotas permanece dependente da Vila do Rio Grande, como haverá de ficar até 1832, ano da instalação da vila, confirmada como São Francisco de Paula. Apenas no aspecto religioso é que as coisas se alteram: desliga-se parcialmente da Matriz do Rio Grande, podendo agora proceder, em âmbito local, a batizados, comunhões, casamentos e enterros – o que era, sem dúvida, de fundamental importância naqueles velhos tempos.

Batizados, comunhões, casamentos e enterros seriam administrados, a partir de então, pelo vigário Felício, nomeado pároco da freguesia segundo provisão eclesi-

ástica do bispo do Rio de Janeiro. Como não poderia deixar de ser, naqueles velhos tempos, a sua atividade acabou extrapolando dessas funções, e ele teve atuação decisiva inclusive na determinação do nosso primeiro sítio urbano, conforme se conta há muito mais de um século.

FÉLIX DA CUNHA

(De sentido longitudinal; entre a Gonçalves Chaves e a Anchieta.)

Foi uma das 19 ruas traçadas em 1815 nos terrenos do capitão-mor Antônio dos Anjos. Destinada a concentrar as primeiras “casas de negócio” da freguesia, chamaram-na então de Rua do Comércio. (Lembre-se que, por uma feliz coincidência, nela se localiza, desde 1888, o Clube Comercial de Pelotas, instalado na antiga residência do charqueador Felisberto Braga.)

Mas não só tecidos e chapéus, secos e molhados, instrumentos de música e artigos de armário, pratarias e louças, haveria de abrigar, ao longo do seu percurso, a velha Félix da Cunha. Nas duas vezes em que aqui esteve, o imperador Pedro II nela se hospedou –e aí já não pode ser pura obra do acaso. Em 1846, ficou no sobrado do cidadão Domingos de Castro Antiqueira, Barão de Jaguari –imediatamente galardoado com o título de Visconde de Jaguari–, onde estão hoje o Sanep e o Conservatório de Música; e, em 1865, no palacete de Domingos Rodrigues Ribas –de quem era cunhado o Barão de Piratini, em seguida elevado, também, a visconde–, onde funciona agora o Colégio Salis Goulart. Pode-se inferir que os prédios mais suntuosos localizavam-se

na Rua do Comércio.

Como resultado da visita imperial de 1846, não houve, ao contrário do que se poderia esperar, qualquer alteração nos nomes das nossas ruas; a única circunstância digna de registro, relativamente à história urbana de Pelotas, foi o lançamento da pedra fundamental de uma nova igreja, na Praça, igreja, aliás, que nunca foi construída (mas o fato é importante porque se pretendia, com isso, transferir a Matriz para uma área que já compreendia, então, o ponto mais central da cidade). Mas em 1865 –ou, para ser preciso, por resolução de 9 de janeiro de 1866– a então Rua do Comércio passou a se chamar Rua do Imperador, assim como a Tiradentes, que era Martins Coelho e que fazia esquina com o sobrado da família Ribas, chamou-se Vinte e Quatro de Outubro (dia da chegada da comitiva imperial), e a Praça, que era da Regeneração, Dom Pedro II.

Singularíssimo seria um fato que se deu depois, em decorrência disso, e que está intimamente ligado à Félix da Cunha. No dia 11 de outubro de 1889 –portanto, 35 dias antes da proclamação da República, recebida no país inteiro com certa surpresa–, a Câmara Municipal de Pelotas, tendo maioria liberal, aprovou uma resolução que suponho única em todo o Brasil: substituir por outras todas aquelas homenagens de 1866 ao imperador.

No caso desta rua, contemplou-se a memória de Félix da Cunha, descendente de farroupilhas e fundador do Partido Liberal na Província. A Praça não chegou a virar, naquele momento, Praça da República –nome que receberia depois–, mas perdeu o de Dom Pedro II e voltou ao nome antigo de Regeneração. E a Vinte e Quatro

de Outubro passou a homenagear o revolucionário Joaquim José da Silva Xavier [ver *Tiradentes*], mandado esquartejar, durante o período colonial, pela dinastia de Bragança.

Na segunda metade do século XX, por um breve tempo, uma parte da rua –da Praça para o sul– chamou-se Rui Barbosa, que todo brasileiro sabe muito bem quem foi.

FLORIANO, MARECHAL

(De sentido transversal; entre a Sete de Setembro e a Lobo da Costa.)

Foi projetada no segundo loteamento da cidade, a partir de uma lateral da praça que dona Mariana Eufrásia doara à nascente vila até atingir, na direção oeste, o arroio Santa Bárbara. Do outro lado do arroio começava a estrada geral, hoje avenida Duque de Caxias, que conduzia ao Passo do Fragata e que foi, no século XIX, graças às charqueadas, a mais importante artéria de comunicações do Continente e da Província.

Nos idos de 1830 esta rua foi dedicada a São Jerônimo, santo católico que, assim como Santa Bárbara, o povo costumava invocar contra os rigores do tempo. “Toda vez que o arroio, ouvindo o ronco dos trovões, saltava fora do leito, enfurecia-se e bufava; toda vez que o arroio descia encostas do Monte Bonito para avançar em atropelo contra as ruas da cidade [...]”, como lembra Alberto Cunha, o povo fervorosamente exclamava: –Valham-nos, São Jerônimo e Santa Bárbara!

Chamava-se ainda Santa Bárbara a Deodoro e São Jerônimo a Floriano (dois marechais substituiriam dois

santos) quando, em 1848, nesta rua foi inaugurado o primeiro prédio da Santa Casa, possuindo, além de quartos particulares, quatro enfermarias.

Conta-se, como curiosidade, que nesse prédio existiu, pela década de 1860, o que se chamava de "roda dos expostos": um grande cilindro de madeira, embutido na parede externa, que girava em torno de um eixo e cuja abertura permitia abrigar um recém-nascido.

Quem pretendia abandonar uma criança tinha o compensador conforto de depositá-la ali, em vez de abandoná-la ao relento, numa soleira de porta. Girava a roda, tocava uma sineta e o enjeitado, então, era recolhido aos cuidados do hospital, que lhe providenciava inclusive um padrinho –geralmente, uma pessoa de posses.

Não há indícios de que depois de 1872 –quando a Santa Casa mudou-se para a praça Piratinino de Almeida (então chamada de Praça da Caridade)– tenha se conservado aquela misericordiosa "roda dos expostos".

O que se manteve foi o nome da rua, até 1895. Nesse ano, no dia 15 de novembro, recebeu o nome do recentemente falecido ex-presidente da República, o "Marechal de Ferro" Floriano Peixoto Vieira, que terminara o mandato do marechal Deodoro e que convidara para ministro de várias pastas do seu governo o ilustre pelotense dr. Cassiano do Nascimento, hoje também nome de rua.

A Marechal Floriano caracteriza-se, a exemplo da Andrade Neves, por seu intenso comércio. Durante muito tempo abrigou, na quadra seguinte à chamada Ponte de Pedra sobre o Santa Bárbara, de um lado os armazéns do comércio atacadista e do outro a usina da

Lighth & Power, precursora da Companhia Estadual de Energia Elétrica, que os menos moços teimam em seguir chamando, ainda agora, de Usina.

G

GARIBALDI

(De sentido longitudinal; entre a Visconde de Jaguari e a Xavier Ferreira.)

Por volta de 1910, teve origem nos terrenos da antiga charqueada Heliodoro, de propriedade do comendador Heliodoro de Azevedo e Souza, padrinho de Gaspar Martins.

Esse charqueador, graças à sua intensa atividade comercial, era homem riquíssimo em sua época, tendo vários campos no Rio Grande do Sul e no Uruguai; só em Pelotas, foi dono dessa charqueada e fundador da Colônia Santa Eulália, uma das colônias de maior área do município. Um dia, porém, os azares da vida obrigaram o comendador a fazer a liquidação de todas as suas propriedades.

Seus credores, organizados, constituíram o Sindicato Moreira & Cia. E começaram a lotear os terrenos da antiga charqueada, neles projetando ruas que obedeciam ao padrão ortogonal já existente. Naquele canto da planta da cidade, entre a Tiradentes e a Tamandaré, seis logradouros foram traçados e receberam números, mas apenas quatro já estavam abertos em 1940: as ruas Ga-

ribaldi, Visconde de Jaguari, Veador Boaventura Barcelos e Silveira Calheca.

A rua de número 1, mais extensa, era a única que atingia a Tiradentes, ao norte, e a praça Domingos Rodrigues, ao sul. Foi também a primeira a receber edificações: em 1911 nela foi encontrado um prédio. Por isso, a Intendência, nesse ano, houve por bem condecorar a rua com o sobrenome do marido de Anita e "noivo" da pelotense Manoela, Giuseppe Garibaldi. Passou a emblematar uma rua de uma casa só o chamado herói de dois mundos.

Na segunda metade do século XX instalaram-se na rua Garibaldi os escritórios e garagens da empresa de ônibus Fonseca Júnior, fato responsável, decerto, pelo maior povoamento da rua, que chegou a ter, inclusive, um cinema.

GOMES CARNEIRO

(De sentido transversal; entre a Três de Maio e a Uruguai.)

Juntamente com outras 14 ruas, foi projetada por volta de 1830 nos terrenos de dona Mariana Eufrásia, localizados ao sul da freguesia que se fundara em 1812 nas terras do capitão-mor Antônio dos Anjos.

Dona Mariana Eufrásia, matriarca de Pelotas, teve muitos descendentes. Entre eles, um –o Alferes Inácio– deveria ser tão popular que acabou emprestando o título e o prenome a esta rua, onde aliás morava.

Supõe-se que o alferes Inácio não tenha querido prosseguir na carreira das armas, perdendo assim a possibilidade de cercar seu nome de altas glórias militares e justificar por mais tempo, quem sabe, a sua permanênc-

cia em placas de esquina. E não há indícios de que fosse um candidato forte à canonização. Deste modo, no ano de 1854, quando se viu a nossa Câmara dominada por fortes pruridos religiosos, a rua passou a se chamar Rua de Santo Inácio, uma forma pragmática de vestir o santo sem se despir de todo da farda do alferes.

Passados uns quarenta anos, porém, santos universais e militares da região acabaram por entrar em conflito, colocados em confronto pelo poder público, em acirrada disputa municipal. No dia 15 de novembro de 1895, venceram os militares: são Joaquim, são Jerônimo e são José, por exemplo, foram substituídos pelo almirante Tamandaré, o marechal Floriano e o general Teles. A Rua de Santo Inácio, que já fora de um alferes, passou à égide de um coronel: Gomes Carneiro, que, no combate da Lapa (Paraná), na revolução de 1893, sucumbiu sob a pressão de Gumercindo Saraiva, e que depois de morto foi promovido a general, por Floriano Peixoto.

Por volta de 1930, entre a Gonçalves Chaves e a Félix da Cunha, a empresa Xavier & Santos [ver Anchieta] construiu nesta rua o Cine Apolo, hoje extinto mas de grata memória.

GONÇALVES CHAVES

(De sentido longitudinal; entre a Santa Cruz e a Félix da Cunha.)

Consta da primeira planta da freguesia, projetada em 1815 nos terrenos do "Fragatinha".

Batizada então de rua **Alegre**, suas casas, mais do que casas, eram chácaras, cujos quintais se fechavam com cercas vivas, formadas por gravatás, unhas-de-gato,

mandacarus, urumbebas, constituindo, na expressão de Alberto Cunha, uma verdejante e intransponível trincheira. Na primavera, essas cercas se cobriam de flores: salsos, álamos e rosas. Isso é certo que proporcionava alegria aos olhos daquelas gerações extintas. É provável que, por isso, o adjetivo alegre se transmitisse à rua.

Sem dúvida nenhuma, vem daí o fato de haver, nessa época, entre a Barroso e a Gonçalves Chaves, um enorme espaço intermediário, proporcionalmente maior do que a distância entre as outras ruas projetadas: as chácaras da rua Alegre avançavam até à Rua das Fontes. Com o tempo, nesse espaço iria irromper a Santa Cruz, equilibrando o traçado.

Sabe-se que em 1828 verificou-se uma das maiores enchentes de que se tem notícia em Pelotas: durou quase um ano. As águas do São Gonçalo subiram tanto que atingiram a Gonçalves Chaves na altura da Dom Pedro II: a chamada "descida do Juca Afonso".

Só em 9 de janeiro de 1866 foi que a rua Alegre mudou de nome. Passou a se chamar Jataí, em homenagem ao recém travado combate da Guerra do Paraguai. Em 1883, recebeu a denominação atual.

Hoje, possui uma particularidade. Se tiver tempo, observe o leitor as placas mais antigas, algumas que ainda restam em algumas esquinas. Vai ver que é a nossa única rua que, tendo nome de pessoa, ao mesmo tempo conserva a preposição designativa: Rua *de* Gonçalves Chaves. É que o ilustre advogado e charqueador pelotense –filho do anfitrião de Saint-Hilaire e pai do republicano Álvaro Chaves– morava na antiga rua Jataí, no belo e imponente sobrado em estilo colonial que faz esquina com a rua Voluntários.

O que não se pode é confundi-lo com o pai, mais famoso, que tinha o mesmo nome e era, igualmente, charqueador. O primeiro Antônio José Gonçalves Chaves, português, em 1822 publicou uma obra, *Memórias Economo-Políticas sobre a Administração Pública no Brasil*, cinco memórias em três volumes, que permite considerá-lo o decano dos economistas rio-grandenses. Faleceu em 1836, no início da Revolução Farroupilha, ao atravessar a baía de Montevidéu, vítima de afogamento.

Na segunda metade do século XX, a partir da Avenida, na direção norte e no espaço de umas quatro quadras, famílias abastadas da cidade construíram modernas residências, que ainda hoje ali se erguem, na Gonçalves Chaves. Por causa disso a população apelidou esse espaço, sugestivamente, de "Copacabana Seca", fazendo analogia com o famoso bairro-balneário da cidade do Rio de Janeiro.

I

ISABEL, PRINCESA

(De sentido transversal; entre a Sete de Setembro e a Barão de Butuí.)

Foi projetada por volta de 1830 nos terrenos de dona Mariana Eufrásia da Silveira, partindo da Rua das Fontes (Barroso) e avançando duas quadras para oeste (não havia ainda a Santa Cruz) até atingir a Praça.

São Francisco –de Assis, não de Paula– foi o seu padroeiro primitivo, e daí, certamente, vem o nome do

colégio que fica em seu percurso, na ladeira do Asilo.

Em 1854, a Câmara Municipal decidiu revisar a nomenclatura das ruas da cidade, entronizando em muitas delas santos de sua devoção. Não precisou mexer com esta, que já vinha muito bem protegida sob a égide do irmão do sol, do irmão da lua.

Mas em 1895, aqui, a cotação dos santos baixou vertiginosamente na bolsa de valores do legislativo. A rua teve que abrir mão em definitivo do seu padroeiro para comemorar uma data. Chamaram-na, em 15 de novembro, rua Treze de Maio, em homenagem à promulgação da Lei Áurea, redigida pelo pelotense Ferreira Viana, então ministro da Justiça, e que, de acordo com o espírito do novo tempo, fora precursora, bem pouco antes, do amanhecer republicano.

Depois disso ela ainda se chamou Alberto Rosa. Num sobrado da Praça, esquina com esta rua (onde é hoje Edifício Álvaro Rosa), havia morado este ilustre benemérito de Pelotas [ver *Alberto Rosa, Coronel*]. Na segunda metade do século XX foi que transferiram essa homenagem para lá da Barroso, e a lembrança da abolição dos escravos voltou a dominar, outra vez, a extensão da rua –agora com sete quadras e nascendo em frente ao Estádio da Baixada, o Bento Freitas, do Grêmio Esportivo Brasil. Desta vez, a recordação vinha na forma do título e do nome da própria “Redentora”.

Como se sabe, a princesa Isabel, filha de dom Pedro II e mulher do Conde d’Eu, visitou Pelotas durante três semanas no ano de 1885.

J

JAGUARI, VISCONDE DE

(De sentido longitudinal; entre a Doutor Antero Leivas e a Garibaldi.)

Tem a mesma origem da sua vizinha Garibaldi, da Veador Boaventura Barcelos e da Silveira Calheca: foram as quatro projetadas, cerca de 1910, nos terrenos da antiga charqueada Heliodoro, por iniciativa do Sindicato Moreira [ver *Garibaldi*]. Mas só em fins de 1926 a Visconde de Jaguari, ainda nem batizada, receberia as primeiras edificações: três pequenos prédios.

Quatro anos antes a Intendência havia resgatado (como é moderno afirmar-se hoje em dia) a memória de três "principais" da freguesia para que servissem de patronos no Bairro da Luz: Antônio dos Anjos, Padre Felício e Pinto Martins. Agora, outra trindade ilustre era invocada para cumprir idêntica função na zona do Porto: Antiqueira, Barcelos e Calheca.

Domingos de Castro Antiqueira, Visconde de Jaguari, foi o grande benfeitor da Catedral. Inaugurada a Matriz em 1813 –logo após a fundação da freguesia–, em 1819 o aumento da população obrigava a mesa da Irmandade a decidir ampliá-la. Resolveu-se então fazer obra nova, partindo de fora do templo primitivo.

Antiqueira, homem de grandes posses, havia sido contrário à edificação da Matriz naquele lugar onde ainda se encontra. Preferia ver a cidade nascendo na enseada do Laranjal. Mas curvou-se ao fato consumado e

acabou tendo atitude de desprendimento: jamais deixou que a obra parasse por falta de recursos, nem mesmo durante a Revolução Farroupilha, quando a cidade ficou praticamente deserta. E sabe-se que só na construção do pavimento e da torre do lado norte gastou 80 contos de réis, uma verdadeira fortuna para a época. Quando morreu, em 1852, foi o seu corpo enterrado no interior da igreja, defronte à pia batismal, onde repousa até hoje.

Ao visitar-nos o imperador pela primeira vez, em 1846, depois de pacificados os farrapos, hospedou-se na casa de Antigueira, no sobrado onde se acham o Sanep e o Conservatório de Música. Foi então que lhe outorgou o título de visconde (confirmado em 12 de dezembro), já que o de Barão de Jaguari lhe fora outorgado por seu pai, o irrequieto Pedro, no distante ano de 1829.

Nessa mesma oportunidade haveria o imperador de inaugurar os alicerces de uma nova igreja, na Praça, a uma quadra da Prefeitura. Mas o projeto, com o tempo, não foi adiante, não vingou, talvez por lhe faltar o apoio indispensável de um homem providencial como o Visconde de Jaguari.

JOÃO MANUEL

(De sentido transversal; entre a Conde de Porto Alegre e a Barão de Mauá.)

Fechava ao sul o projeto do segundo loteamento –as 15 ruas transversais abertas por volta de 1830 nos terrenos de dona Mariana Eufrásia da Silveira. Mais tarde é que surgiria a Barão de Mauá.

Chamou-se Rua da Olaria, nome que lhe veio de uma primitiva fábrica de tijolos que ali funcionava para atender às necessidades da população nascente. Não era a única da região, mas as outras olarias ficavam distantes do meio urbano, junto às charqueadas que marginavam o arroio Pelotas e o Canal de São Gonçalo.

As olarias das charqueadas só trabalhavam no inverno, depois de concluída a matança do gado: entre maio e outubro. É certo que produziam uma renda suplementar aos charqueadores; mas serviam sobretudo para manter ocupado o negro escravo, na entressafra do charque.

Com esse mesmo objetivo, sendo as olarias insuficientes para empregar a totalidade da mão-de-obra, possuíam ainda os charqueadores datas de matos na região da Serra dos Tapes, para onde os negros eram transportados e se ocupavam em fazer derrubadas, plantar milho, feijão, batatas e abóboras. Com a abolição da escravatura, acabaram por ser vendidas ou exploradas em lotes, dando origem, a partir daí, às colônias Santa Eulália, São Bento, Santa Áurea, Santa Silvana e outras.

A olaria da futura João Manuel lutava, portanto, contra a concorrência que lhe faziam as olarias das charqueadas. Mas essa concorrência era interrompida no verão, na época das safras. E parece que essa circunstância resultou no seu sucesso, uma vez que a rua foi confirmada como da Olaria em 1854 e conservou o nome até 13 de outubro de 1869.

Nesse dia, em homenagem a um general da estirpe dos Mena Barreto que havia se salientado na Guerra do Paraguai, foi que a Câmara substituiu-lhe o nome para João Manuel.

Quanto à fábrica de artefatos de barro, foi pouco a pouco se desmantelando, até que sucumbiu. Mas por muitos anos ainda sobreviveu, ereto e firme, o seu forno de queimar tijolos, condenado à demolição em 1878.

Em 1931, possuía esta rua 29 prédios. Deles, o mais destacado era a nobre residência do casal Domingos Jacinto Dias-dona Conceição Dias, com amplo pomar e bem cuidado jardim. Doados um dia à Sociedade União e Instrução, nele foi instalado o Orfanato Dona Conceição.

JOÃO PESSOA

(De sentido longitudinal; entre a José do Patrocínio e a Bento Martins.)

Sua origem se confunde com a das ruas Bento Martins, Alberto Rosa e Álvaro Chaves, que lhe ficam próximas: foram as quatro projetadas ao findar da década de 1860 pelo dr. Romualdo de Abreu e Silva, engenheiro da municipalidade, na região da Várzea –parte baixa e então baldia da cidade. Como outras, quando quis se alongar, dos lados do Porto para o centro, teve de romper pequenos quintais e chácaras. Mas, ao contrário das outras, que lhe são próximas e que homenagearam um herói, um episódio e uma data no momento em que surgiram, esta nasceu sob o signo de um valor humano que, como se disse, é difícil de definir, mas que todos sabem o que significa, sobretudo quando lhes falta. Chamou-se Rua da Liberdade.

Em 1930, do mesmo modo que a capital do Estado da Paraíba, passou a se denominar João Pessoa, em homenagem ao governador assassinado no Recife, fato que

provocou verdadeira comoção nacional e veio a constituir um dos motivos da Revolução de 30.

JOSÉ DO PATROCÍNIO

(De sentido longitudinal; entre a Dona Mariana e a João Pessoa.)

Projetada em 1888 pelo velho engenheiro da Câmara, Romualdo de Abreu e Silva, até hoje, mais de cem anos depois, permanece rebelde ao projeto original: do Porto para o centro, logo na segunda quadra, na altura da Benjamin, é interrompida por construções das duas ruas que lhe são vizinhas.

Já nasceu sob o patrocínio do grande abolicionista, na semana seguinte à assinatura da Lei Áurea: no dia 21 de maio de 1888.

Pelotas, reduto das charqueadas no Rio Grande do Sul, que se moviam pela força do braço escravo, constitui-se em braço forte do mais ferrenho escravismo; mas também –e justamente por isso– em linha de frente do mais combativo abolicionismo.

Parece até que a verdadeira intenção, naquele momento, mais do que abrir uma rua, era homenagear sem perda de tempo aquele orador mulato que foi um dos campeões máximos da libertação da raça negra. Porque a rua manteve-se, durante exatos 20 anos, vazia e silenciosa, nos matagais do vargado: só em 1908 recebeu os dois primeiros prédios.

Mas em 1931, conforme as estatísticas, já se exibia com mais 45,

L

LOBO DA COSTA

(De sentido transversal; entre a Barão de Butuí e a Tiradentes, a leste, e a Marechal Floriano e a Tiradentes, a oeste.)

Foi projetada por volta de 1830 nos terrenos de dona Mariana Eufrásia da Silveira. Como tinha a Praça da Regeneração (Coronel Pedro Osorio) de permeio, dividiu-se em duas denominações: **Hércules**, a oeste, e **São Paulo**, a leste.

A rua São Paulo, da Praça até à Rua das Fontes (Barroso), ainda no período monárquico chamou-se **Conselheiro Maciel**, em homenagem a Francisco Antunes Maciel, que foi ministro do Império (Interior) e líder da maioria no Gabinete Lafaiete; filho de Eliseu Maciel, foi um dos doadores do prédio onde se estabeleceu nesta cidade, em 1883, a mais antiga faculdade de Agronomia do Brasil. Com a República, a rua voltou a se chamar São Paulo; em 1934 foi que recebeu o nome de Lobo da Costa.

A rua Hércules em 1866 passou a denominar-se **Riachuelo**, em homenagem àquela batalha naval da Guerra do Paraguai. Como Riachuelo, em 1870 abrigou o primeiro correio, a primeira agência postal oficial da cidade, que possuía dois funcionários: o agente Diófanes Chagas e o ajudante Anacleto Luz; mas nenhum carteiro, nenhuma “esperança ambulante... à maneira da fortuna” daqueles versos de Latino Coelho... Em 1934, chamou-se **Urbano Garcia**, nome de um dos mais con-

ceituados médicos de Pelotas, hoje emblemando uma rua a nordeste da avenida Bento Gonçalves.

Só recentemente foi que resolveram unificar as duas artérias com um único nome. Escolheram, justamente, o de Lobo da Costa, o “mavioso” poeta pelotense que foi uma das maiores expressões do Romantismo em terras gaúchas e um dos maiores orgulhos desta “Atenas do Rio Grande” na segunda metade do século XIX.

Lobo da Costa morreu em junho de 1888, numa noite de inverno, enfermo, bêbado, nu, saqueado, jogado ao relento, próximo à rua Santa Cruz. Vítima do amor contrariado, primeiro, e, depois, do luto da mulher amada, que cinco anos antes se finara em consequência da tuberculose, permanece imenso na história cultural de Pelotas, que a sua figura resume talvez como nenhuma outra.

M

MANDUCA RODRIGUES

Ver Araújo, Professor.

MARCÍLIO DIAS

(Limite oeste das longitudinais; vizinha da Professor Araújo/
Saldanha Marinho/ Manduca Rodrigues.)

Já fechava o quadro da povoação, pelo ocidente, na planta de 1815; mas, do mesmo modo que a atual Professor Araújo, não alcançava a Neto, então a última rua na direção sul. Interrompidas por cercas naturais, as

duas estacavam depois de três quadras, a contar da Avenida.

Essa interrupção permitiu que mais tarde, em 1830 e poucos, entre a Major Cícero e a Doutor Cassiano atuais, fosse projetada a segunda praça da freguesia, bastante mais ampla do que a Praça da Matriz (José Bonifácio), pois teria quatro quadras quadradas, e anterior à Praça da Regeneração (Coronel Pedro Osorio). Observe o leitor: até hoje, nesta altura da Marcílio Dias, há uma quadra maior, que na continuação para oeste é corrigida pela rua Engenheiro Hugo Veiga.

Originariamente, chamou-se Rua da Ladeira; logo em seguida, Rua da Boa Vista. Só em 1869 adquiriu o nome que até hoje conserva.

De todos os heróis da Guerra do Paraguai convocados para patronos de ruas, era Marcílio Dias, então, o menos graduado: simples praça de pré, marinheiro raso. (E retinto como carvão.) Modesta também era a rua, que até o início do século XX manteve-se praticamente com as suas três quadras originais; em 1889, apresentara-se com 15 casebres à lotação predial.

Aos poucos, porém, foi avançando, tanto na direção norte quanto na direção sul, e agora é uma das nossas ruas de trânsito mais intenso.

Acompanhava, aliás, a trajetória do seu patrono, que foi crescendo na admiração dos pôsteros a ponto de duas cidades –Rio Grande e São José do Norte– quase engalfinharem-se para disputar a primazia de ter acalentado um dia o seu primeiro sono.

Por muito tempo, no espaço de umas três quadras da sua extremidade sul, chamou-se Vieira Pimenta, em honra ao comendador que foi escrivão da Irmandade

de São Francisco de Paula e que escreveu o primeiro registro sobre as origens da cidade, já no distante ano da graça de 1856.

Na direção norte, em 1962, para esta rua transferiu-se o Colégio Municipal Pelotense, tradicionalíssimo educandário da cidade, até então localizado no antigo prédio da família Ribas [ver *Félix da Cunha*].

MARIANA, DONA

(De sentido longitudinal; entre a Xavier Ferreira e a José do Patrocínio.)

Teve origem na praça Domingos Rodrigues: a partir do logradouro, rasgou, na direção norte, o vasto espaço interposto às duas ruas que lhe são vizinhas. Ambas –a Xavier Ferreira e a José do Patrocínio– já haviam sido abertas em 1888; a Dona Mariana é de 1909, criada por ato de 20 de setembro.

Mariana Eufrásia da Silveira era filha do açoriano Antônio Furtado de Mendonça, descendente de uma nobre estirpe portuguesa, e irmã de dona Isabel Francisca, que foi proprietária de uma vasta sesmaria no município de Pelotas –estendia-se ao município de São Lourenço e abrangia os atuais balneários do Laranjal e colônia Z-3.

As duas irmãs –Isabel e Mariana– casaram-se com dois eventuais sócios: Manuel Bento da Rocha e Francisco Pires Casado, que foram verdadeiros potentados em sua época –comerciantes, armadores e grandes latifundiários. Ambas ficaram viúvas, continuando a administrar, com êxito, os seus bens de herança. Dona Isabel não deixou descendência, mas dona Mariana teve

oito filhos, que são troncos das famílias Assumpção, Osorio, Barcelos, Simões Lopes e outras, não só de Pelotas mas de várias localidades do Estado.

O motivo principal para que a municipalidade, em 1909, reproduzisse o seu nome em placas de esquina está vinculado à própria formação urbana de Pelotas. Nos terrenos de dona Mariana, requeridos ao governador dom Diogo de Souza, foi que a velha Freguesia de São Francisco de Paula, fundada em 1812, pôde se expandir na direção sul, de tal modo que em 1830 já se exibia com 34 ruas, em vez das 19 primitivas, e se habilitava, assim, a requerer a condição de vila.

Em outras palavras: os terrenos loteados por Antônio dos Anjos, e que constituíram a povoação primitiva, estacavam na General Neto; os terrenos loteados por dona Mariana, e que se somaram àqueles para constituir a vila e a cidade, partiam da Sete de Setembro e avançavam até à Barão de Mauá, ao São Gonçalo, ao Porto.

É raro que isso aconteça em uma outra localidade de porte médio como Pelotas: em parte do patrimônio de só duas pessoas –Antônio dos Anjos e Mariana Eufrásia– praticamente se resume a formação urbana da cidade.

MAUÁ, BARÃO DE

(Limite sul das transversais; vizinha da João Manuel.)

Quando se abriram 15 ruas, em 1830, nos terrenos de dona Mariana Eufrásia da Silveira, era a Rua da Olaria (João Manuel) que fechava os limites do povoado na direção sul. Um pouco mais tarde –por volta de 1835– foi

que surgiu a Barão de Mauá, batizada, certamente por lhe faltar uma característica própria, de rua **Detrás da Olaria** (veja só que sábia solução!). Mais para o sul, surgiria ainda uma outra –a Rua do Pântano, em 1909, então denominada Visconde da Graça mas hoje riscada da planta da cidade.

Aliás, a idéia de extinguir a Visconde da Graça (título do eminentíssimo charqueador pelotense, avô do escritor Simões Lopes Neto, e que hoje emblema uma das ruas do bairro Augusto Simões Lopes) remonta a 1911: naquele ano o intendente, dr. Carlos Barbosa Gonçalves, manifestou a intenção de construir uma ampla avenida a beira-rio, que iria da foz do Santa Bárbara até à praça Domingos Rodrigues; isso já se faria com o sacrifício da rua, que, construída sobre um pantanal, manteve-se com cinco casinhas até a metade do século XX. De resto, o projeto do intendente não vingou; era mais um devaneio a enriquecer o repertório de sonhos com que, de vez em quando, se embala o sono da “Princesa do Sul”.

Como a extinta Rua do Pântano, também a Detrás da Olaria trocou de nome em 1909: no dia 20 de setembro, data farroupilha. E embora o arroio-grandense Irineu Evangelista de Souza, falecido vinte anos antes, ostentasse o título de visconde desde 1874, foi como Barão de Mauá que recebeu a homenagem da edilidade pelotonense.

O motivo? Afastar, quem sabe, daquelas poucas calçadas, qualquer resquício de azar. Como barão, Irineu Evangelista era banqueiro afortunado; junto com o título de visconde, a mandinga entrou em sua casa e fez a roda da fortuna desandar. Morreu muito pobre mas muito honrado o Visconde de Mauá.

MENDONÇA, SENADOR

(De sentido transversal; entre a General Argolo e a Major Cíceró.)

Foi projetada em 1815 no primeiro loteamento urbano. Recebeu, então, o nome de **Santo Antônio**, um dos mais queridos santos da Igreja católica e um dos mais venerados nesta região, tendo havido, pelo que sei, um Santo Antônio das Charqueadas naquele início da nossa história.

Como a Praça da Matriz (depois, Princesa Isabel, Conde d'Eu, Quinze de Novembro e, enfim, José Bonifácio) lhe ficasse de permeio, mais tarde dividiu-se em duas ruas e duas denominações, aquelas que conserva até hoje: Senador Mendonça, a oeste, e Doutor Miguel Barcelos, a leste.

Na Doutor Miguel Barcelos ficava a taverna onde o poeta Lobo da Costa, logo no início da tarde de 17 de junho de 1888, tomou o primeiro gole de uma série que lhe seria, fatalmente, a derradeira [Ver *Lobo da Costa*].

Na Senador Mendonça, em seguida à Marcílio Dias, conserva-se ainda tradicional figueira, um dos mais belos monumentos naturais com que conta a hoje empobrecida "Princesa do Sul". E na esquina com a Quinze de Novembro, desde o início do século e até o advento da ditadura militar, em 1964, os nossos jovens muito riram e se divertiram, muito apanharam e se contorceram, de prazer ou dor: era ali, na esquina do Ginásio Gonzaga, que coletivamente chegavam às vias de fato, uma vez por ano, os "galinhas gordas" e os "gatos pelados", durante as impagáveis passeatas do Ginásio Pelotense...

MIGUEL BARCELOS, DOUTOR
Ver Mendonça, Senador.

N

NETO, GENERAL

(De sentido transversal; entre a Voluntários e a Sete de Setembro.)

Limite sul da freguesia na planta mais antiga da cidade (1815), recebeu naquelas priscas eras o nome de Rua da Palma. Em 1818, possuía uma única casa, na verdade um modesto rancho, coberto de palha, porém de um morador ilustre: era seu proprietário o padre Felício Joaquim da Costa Pereira Furtado de Mendonça, primeiro pároco da Freguesia de São Francisco de Paula e um dos seus principais fundadores.

Se a casa era humilde, pode-se supor que o terreno era extenso, uma vez que aparece, nos documentos, como Sítio dos Coqueiros. Por isso, aliás, Rua dos Coqueiros também serviu para identificar o passeio.

Quando se fez necessário dar um padroeiro à freguesia, o padre Felício, acompanhado de Silveira Calheca, foi buscar em Mostardas, num iate, a imagem de são Francisco de Paula que um dos moradores, Antônio Gomes de Carvalho, há algum tempo possuía e decidiu ceder, dizem que graciosamente (?!), ao povoado. E

*Aeneas
M*

durante o período em que se ultimava a construção da igreja matriz, hoje Catedral –entre abril e dezembro de 1813–, São Francisco repousou justamente na Rua da Palma, ou dos Coqueiros, como hóspede da ilustre moradia do vigário.

Há muito tempo o nome de Palma ou Coqueiros nada mais dizia à população da cidade, que se ia modernizando. Foi então que, em 9 de outubro de 1869, a edilidade pelotense, entusiasmada com os feitos heróicos da Guerra do Paraguai, resolveu substituí-lo de vez. Emprestou-lhe o nome do general Antônio de Souza Neto, velho guerreiro natural de Povo Novo, que se distinguiu não só nessa guerra como, anteriormente, na Revolução Farroupilha e na Campanha do Uruguai. Existe quem o confunda com o general José Antônio Neto, seu sobrinho, caudilho de 1923. É que Zeca Neto ficou mais famoso, aqui: em 1924 rendeu Pelotas, por algumas horas, durante um ataque que resultou em vários mortos e feridos.

Nesta rua, entre Quinze e Andrade Neves, foi que se estabeleceu o primeiro prédio da Companhia Telefônica, então sob o número 312, ampliando-se mais tarde na direção da rua Quinze. Nessa esquina com a Quinze, antes da CTMR existiram os Grandes Armazéns Hermínios, uma das casas de comércio mais tradicionais da cidade, e no início da década de 1960 a Taperinha, primeira “lancheria” de Pelotas –expressão bem local, que os dicionários brasileiros ignoram inteiramente mas que corresponde à mesma definição que eles registram para lanchonete.

I

OSORIO, GENERAL

(De sentido longitudinal; entre a Marechal Deodoro e a Barão de Santa Tecla.)

Projetada em 1815 nos terrenos do capitão-mor Antônio dos Anjos, chamou-se inicialmente Rua do Rogério. Sabe-se que em 1818 possuía três prédios, inclusive o do Rogério, cidadão que, caso não fosse o primeiro, mesmo não sendo o único morador da rua a que emprestou o nome, terá sido mais popular que os outros dois proprietários.

Por ser ampla –mais larga do que as outras ruas que mandou traçar para a Freguesia de São Francisco de Paula–, Antônio dos Anjos considerou-a digna do qualificativo **Augusta**. É com este nome que, oficialmente, ela figura na planta de 1815.

De fato, a Osorio iniciava com cerca de 22 metros na esquina da Rua dos Coqueiros (General Neto) e ainda chegava espaçosa à Rua do Passeio (avenida Bento Gonçalves). Padronizaram-lhe mais tarde a largura em 17 metros, corrigindo assim o que deveria parecer, à época, “exagero ou caduquice” do capitão-mor... Verdadeira ou falsa a impressão, de resto sempre se presumiu que o novo, por ser moderno, será necessariamente mais científico, técnico e racional do que o antigo.

Como rua Augusta permaneceu até 10 de fevereiro de 1869. Por essa época, a Guerra do Paraguai mantinha o patriotismo da nossa gente em constante ebullição. O

mais elementar espírito de previdência cívica aconselhava a ir colher nos campos de batalha os nomes que mais se distinguiam. Depois, então, era conservá-los para as gerações futuras - e nada melhor, para o desempenho desta função, do que reproduzi-los em placas de esquina.

Dentre aqueles heróis, destacava-se o general Osorio, pela grandeza do seu espírito, a magnitude dos seus feitos e por sua imensa popularidade. Além do mais, nos intervalos das campanhas militares, recolhia-se à sua residência, na Praça (ao lado do Grande Hotel, hoje demolida, com exceção da fachada), seja para desenvolver atividades políticas, seja para rever amigos, seja para conviver em família, seja para pensar os ferimentos recebidos em combate. Em Pelotas queria, quando morresse, ser enterrado ao lado da mulher, aqui falecida num momento em que ele, ausente, lutava contra as forças de Solano López.

Dentre as nossas ruas, sobressaía a Augusta, pela imponência do seu aspecto. Harmonizavam-se, herói e rua, proporcionalmente.

Osorio era tio do coronel da Guarda Nacional, chefe do Partido Republicano, que empresta o nome à praça principal do centro da cidade. Era avô do historiador Fernando Osorio, que identifica a extensa avenida da região norte, atravessando os campos da antiga Tablada.

Muitos se lembram ainda do tempo em que a General Osorio era enfeitada de canteiros, com duas mãos para o trânsito. Do breve tempo em que, da Avenida para o norte, ela se chamou Allan Kardec, pseudônimo do escritor francês, codificador do espiritismo. Mas hão

de ser poucas as testemunhas de uma época, bem anterior, em que ela serviu de passarela, nas folias de Momo, aos cordões carnavalescos.

P

PEDRO II, DOM

(De sentido transversal; entre a Telles e a Três de Maio.)

Teve origem no segundo loteamento urbano, quando foram projetadas 15 ruas transversais nos terrenos de dona Mariana Eufrásia da Silveira. Naquele momento chamaram-na de **Fabiano Pinto**. Era usual na época, quando havia pouca gente e todos se conheciam, identificarem-se as ruas com um morador que, por qualquer motivo, fosse mais popular do que os vizinhos.

Em seguida, e como também era moda, recebeu a marca, que parecia indelével, de uma data: **Sete de Abril**. E com esse nome permaneceu por quase um século, até 1932, quando adquiriu a denominação atual.

Aliás, a abdicação do primeiro imperador, que se verificou em 7 de abril de 1831, teve imediata comemoração entre nós. Desde 1833, como data, serve para nomear o nosso mais antigo teatro, que é inclusive o mais antigo do Brasil em funcionamento. Até 1865, como acontecimento, serviu para identificar a nossa praça principal, sugestivamente chamada, naqueles remotos tempos, de Praça da Regeneração (depois Pedro II, novamente da Regeneração, em seguida da República e, afi-

nal, Coronel Pedro Osorio). Consideravam os nossos avós que o dia 7 de abril havia inaugurado a verdadeira independência do Brasil, mais que o dia 7 de setembro, nove anos antes. Hoje parece aos historiadores que, abrindo o período regencial, ela deu oportunidade a que se instalasse, no Brasil, um autêntico regime republicano.

O segundo e último imperador tomou posse desta rua, como já disse, no ano de 1932. Dom Pedro II, que fora desalojado da Praça e da então Rua do Comércio poucos dias antes de cair a Monarquia [ver *Félix da Cunha*], retomava afinal sua posição de honra numa das ruas largas e retas da cidade de Pelotas.

PINTO MARTINS

(De sentido transversal; entre a Barão de Azevedo Machado e a Rafael Pinto Bandeira.)

Foi projetada no fim da década de 1850 pelo engenheiro da Câmara Romualdo de Abreu e Silva. Juntamente com outras quatro transversais, passou a formar, a partir da atual avenida Bento Gonçalves, o chamado Bairro da Luz, hoje mais conhecido como Zona Norte. Configurou, então, o limite extremo desta região na planta da cidade; depois desta rua, passava o Corredor da Tablada, já na área rural.

Recebeu, na ocasião, o nome de rua Nogueira, não sei exatamente por quê: se para homenagear um indivíduo ou família que respondesse por tal sobrenome (o que é pouco provável, pois já não era o costume, nessa época), se por causa de um exemplar da árvore das Jugiandáceas que se houvesse habilitado, graciosamente, a enfei-

tar a rua.

Em 7 de setembro de 1922, dia do centenário da Independência, adotou o sobrenome composto de José Pinto Martins, o português que, em 1779, vindo do Ceará, provocou uma verdadeira revolução econômica nessa metade sul do Estado: fundou a primeira fábrica riograndense de salgar carnes, às margens do arroio Pelotas.

A charqueada de Pinto Martins, estabelecendo uma cotação definida para o boi –de que se aproveitava comercialmente, até então, apenas o couro–, organizou a economia gaúcha naquele final do século XVIII, através de duas empresas: indiretamente, a de criação de gado (estância), atividade antes rudimentar, e diretamente a da industrialização dos seus produtos (a própria charqueada). O Rio Grande do Sul, a partir daí, começou a crescer e a acrescentar, à vocação quase exclusivamente militar que o vinha caracterizando, como baluarte das fronteiras do sul, a vocação para o trabalho, para o lucro, para o progresso, naqueles tempos de liberalismo econômico.

Pinto Martins faleceu em 1826, com cerca de 80 anos de idade, deixando alguns filhos naturais, resultados da intimidade que manteve com mais de uma escrava doméstica.

PORTO ALEGRE, CONDE DE

(De sentido transversal; entre a Benjamin Constant e a João Manuel.)

Foi projetada em 1830 nos terrenos de dona Mariana Eufrásia da Silveira. Recebeu, na ocasião, o nome de rua

Canarim, em homenagem a um cidadão originário de Kanara, então colônia portuguesa na Índia cujos habitantes apelidam-se, ainda hoje, de canarins ou canários [ver *Quinze de Novembro*].

Bernardino José Marques Canarim, filho de Antônio José Marques, residente na Vila do Rio Grande, foi juiz de paz em Pelotas. Em sociedade com Domingos José de Almeida, Antônio José Gonçalves Chaves e José Vieira Viana, empreendeu a construção, no futuro Bairro do Estaleiro [ver *Deodoro, Marechal*], da barca Liberal, primeiro barco a vapor do Rio Grande do Sul; com motor importado dos Estados Unidos, a Liberal escorregou para as águas do São Gonçalo em setembro de 1832. Como já se deduz do nome da embarcação, todos os seus construtores seriam simpáticos à causa da Revolução Farroupilha, que irromperia três anos depois. Logo no início da rebelião, a barca foi apreendida e utilizada militarmente pelos legalistas.

A denominação Canarim seguiu identificando esta rua mesmo quando, em 1854, outras artérias de Pelotas trocaram de nome. Isto revela, por si só, o bom conceito de que desfrutava o juiz no seio da comunidade pelotense. Apenas em 9 de outubro de 1869 ela receberia o nome solene de Conde de Porto Alegre, título nobiliárquico de um dos heróis da então vigente Guerra do Paraguai, o bravo e elegante general Manuel Marques de Souza, casado com uma pelotense de tradicionais família e propriedades.

QUINZE DE NOVEMBRO

(De sentido longitudinal; entre a Anchieta e a Andrade Neves.)

Foi uma das primeiras 19 ruas da freguesia, projetada em 1815 nos terrenos de propriedade do capitão-mor Antônio dos Anjos. Recebeu, na ocasião, o nome de Rua de São Miguel, com o qual figura, também, na planta de 1835. Mas a partir dessa data foi sendo chamada, extra-oficialmente, de Rua dos Canários.

Diversamente do que se poderia pensar (e embora com o sacrifício de um lirismo tocante), manda a verdade dizer que não eram exemplares, esses canários da rua, do passarinho morador dos telhados, de canto harmonioso e fraco; mesmo porque àquele o povo chamava canário da terra. Os canários da rua eram gente provinda das Ilhas Canárias.

Vieram para um recanto deste município, em 1789, 48 casais dessa origem. Receberam terras na região serrana de Pelotas, onde cultivaram trigo. Alguns daqueles pioneiros e seus descendentes teriam se transferido, a partir de 1835, com o advento da Revolução Farroupilha, para o centro da cidade, localizando-se, em número significativo, na Rua de São Miguel. Aí teriam começado a se dedicar ao comércio e a identificar a própria rua em que moravam.

Em meados do século, exatamente em 1854, diante de uma revisão geral dos nomes das ruas, a atual Quinze veio a confirmar-se –mais uma vez oficialmente, e ago-

ra com placas em cada esquina- como Rua de São Miguel.

Só em 15 de novembro de 1895, seis anos depois da proclamação da República, conseguiram os nossos vereadores, simples mortais -como lembra Alberto Cunha-, a rendição definitiva de Miguel Arcanjo, coisa que nem Lúcifer pôde conseguir, à frente dos anjos rebeldes. O que é o prestígio de uma data!

No passado era a Quinze, entre todas as outras, a nossa rua principal e a mais movimentada. Nela é que ficavam os melhores hotéis e livrarias, as confeitarias mais chiques, as grandes casas de moda e o melhor comércio em geral. Principal, num certo sentido, continua sendo. Hoje, nela ainda se localizam, por exemplo, o *Diário Popular*, a Livraria Mundial e o Café Aquário, três das melhores tradições pelotenses. Mas por outro lado o famoso Carnaval da Quinze desapareceu para sempre, ainda que teime em ficar presente na memória.

Desde que a rua deixou de ser um privilégio dos homens, na Quinze os nossos avós namoravam e passeavam. Embebiam-se de chá e de literatura. Cultivavam amizades... e falavam da vida alheia.

R

RAFAEL PINTO BANDEIRA

(De sentido transversal; entre a Pinto Martins e a Antônio dos Anjos.)

Foi projetada em 1858, juntamente com outras quatro ruas da chamada Zona Norte: além das duas que lhe são vizinhas, a Padre Felício e a Doutor Amarante. Recebeu, em 19 de fevereiro, o nome de **Nossa Senhora da Luz**. Bairro da Luz, naquele momento, já era como se conhecia a região; e serve até hoje para identificar, pelo menos entre os mais antigos, o lado norte da cidade.

A origem do nome – tanto da rua como do bairro – prende-se a um acontecimento piedoso e remoto: em 1821, cego há dois anos, o capitão de barco José Fernando da Vitória Santos percebeu esgotarem-se todas as suas possibilidades de cura, de acordo com a medicina de então. Muito religioso, decidiu apegar-se à derradeira esperança de um milagre, invocando a intercessão de Nossa Senhora da Luz, a quem prometeu uma ermida caso pudesse, um dia, recuperar a visão; caso se visse, sem intenção de trocadilho, curado.

Realizado o milagre, providenciou prontamente o pagamento da promessa. Adquiriu um terreno do capitão de ordenanças João José Teixeira de Araújo, em sítio ameno e tranquílo, a um quilômetro e meio da nascente Freguesia de São Francisco de Paula. Consegiu em Porto Alegre, do vigário-geral, cônego Antônio Vieira

de Soledade, não só licença para erguer a capela como para construir, atrás, um cemitério; concluídas as obras, encomendou da cidade do Porto uma imagem de Nossa Senhora da Luz, entronizada no altar aos 30 de agosto de 1824.

No final daquele século, a igreja foi totalmente demolida, por ser considerada pequena para o número de fiéis – no seu lugar construiu-se um novo templo, ainda que sob a mesma invocação. Antes, em 17 de maio de 1883, nela se casara Júlio Prates de Castilhos, figura proeminente da história republicana do Rio Grande do Sul. Havia solicitado licença para casamento em capela filial, com celebração à noite. Os motivos da escolha de Pelotas e da Igreja da Luz, que até hoje não se haviam elucidado devidamente, são muito simples: dona Honorina, a noiva, era natural de Pelotas. Em 3 de janeiro de 1905, pouco depois da morte de Castilhos, “põe termo à sua atribulada existência”, não suportando a ausência do “gigante”. Chegara a admitir, antes do suicídio, que sacrificaria de boa vontade os filhos se pudesse ter de volta o marido idolatrado. É a informação que se lê no *Diário Popular* de 4 de janeiro de 1905.

Mais recentemente, essa segunda capela foi vítima de radical reforma, que lhe alterou profundamente o aspecto arquitetônico, de modo que não transmite hoje, a não ser pela presença da velha santa no altar, qualquer impressão do passado, muito menos a vibração profunda de um milagre antigo.

Pouco depois, a rua perdeu o nome da sua histórica padroeira (mantém-se como Rua da Luz apenas uma quadra, que passa ao lado da igreja). Em substituição a ela, estabeleceu-se de farda azul e chiripá o famoso ca-

dilho continentino Rafael Pinto Bandeira, que em tempo muito remotos foi proprietário de uma vasta sesmaria no município de Pelotas (hoje, no município do Capão do Leão).

Era tal o pavor que a simples menção do nome de Rafael incutia nos castelhanos que, conta-se, eles ameaçavam os filhos na hora das refeições: –Come tudo, senão Pinto Bandeira vem te pegar...

De uma feita, durante um cerco nas lutas de reconquista do Rio Grande, o comandante espanhol resolveu entregar-se, pedindo para conferenciar com o valente cabo de guerra gaúcho. Houve, então, um episódio surpreendente e embarracoso para Rafael. É ele próprio quem conta, numa carta ao governador: "Logo que nos topamos, o primeiro cortejo foi dos abraços, e depois três beijos, dois nas faces e um nos beiços, cumprimento que é a primeira vez que vejo". Primeira e com certeza última. De qualquer modo, como lembra Moysés Vellinho, há de ter sido o único susto de toda a sua vida...

S

SANTA CRUZ

(De sentido longitudinal; entre a Barroso e a Gonçalves Chaves.)

Embora localizada nos terrenos do capitão-mor Antônio dos Anjos, não figura na planta de 1815, projetada pelo piloto Maurício Inácio da Silveira. Só em 1835 aparece na planta do engenheiro Eduardo Kretschmar com

o nome de Rua do Cerro Largo. (Não obstante, Alberto Cunha afirma que o nome de Cerro Largo imposto à Santa Cruz data de 1858.)

Há uma razão para isso: a Gonçalves Chaves era composta de muitas chácaras, cujos muros se prolongavam na direção leste, até alcançar a Barroso. Entre uma rua e outra havia, portanto, um imenso intervalo, maior do que a distância entre as outras ruas projetadas. Na extremidade norte desse espaço é que iria irromper, primeiro, a Rua do Cerro Largo, para se estender, depois, na direção sul. Na verdade, só entre os anos 1908/1912 é que ela foi totalmente franqueada ao trânsito.

O nome de Santa Cruz surgiu a partir de 1846, quando, na igreja matriz da cidade, aconteceu de dois sacerdotes andarem pregando a Santa Missão. Como marco comemorativo, decidiu-se levantar uma grande cruz de madeira no campo que servira anteriormente de cemitério, entre 1812/1820 [ver Barroso, Almirante]. Embora um pouco distante do terminal da rua (na Barroso com Bento Gonçalves), dela se avistava o sagrado símbolo da crucificação. E o nome pegou, e se estendeu por quadras e quadras, como reafirmação da maneira popular de batizar tradicionalmente os passeios.

Em 19 de fevereiro de 1858, a Câmara Municipal, que nunca lhe reconhecera outro nome, confirmou-a como Rua do Cerro Largo. O povo, no entanto, fingiu-se de desentendido: continuou chamando-a de Santa Cruz. De modo que hoje ela é a nossa única rua que não tem nome de gente nem responde por uma data. Contribuiu sem dúvida para a manutenção desse privilégio a circunstância de muitos pensarem, inadvertidamente,

que se trata do nome de um santo –de uma santa, aliás (e santa sabe-se que nunca houve na estirpe familiar dos Cruz...) Uma prova disso é que, até a primeira edição deste livro, ela figurava, nas listas de endereços da CTMR, sob o título de Cruz, Santa.

SANTA TECLA, BARÃO DE

(De sentido longitudinal; entre a Marechal Deodoro e a Santos Dumont.)

Foi uma das primeiras 19 ruas da freguesia, tendo sido projetada nos terrenos do capitão-mor Antônio dos Anjos, no distante ano de 1815, com o nome de Rua do Açougue. Era também chamada de Rua do Aquino (com certeza um dos seus moradores, tendo havido também o Passo do Aquino). Na planta de 1835 figura como Rua da Cadeia, pelo fato de haver funcionado, na esquina com a Sete de Setembro, uma primitiva casa de correção.

Ninguém há de estranhar que houvesse um único açougue em 1815; que, mesmo depois, seguisse contando a freguesia com um magarefe só e com um só mata-douro. Sabe-se que naquele tempo a carne, matéria-prima das charqueadas, era verdadeiramente abundante. Abatidos os gados, os muitos charqueadores abasteciam de carne verde as suas casas, as casas dos parentes e as casas dos amigos; sobrava ainda o bastante para quem se apresentasse, de sacola vazia, em dia de matança.

De resto, era diminuta a população urbana daquele tempo. Seguiam inclusive sobrando os já chamados miúdos –mondongos, fígados, rins–, que os homens

desprezavam e nos saladeiros atiravam-se aos porcos, cachorros, gansos, patos e marrecos, criados justamente para disputar despojos com os urubus e as gaivotas.

A safra, como se sabe, durava de novembro a abril. Portanto, somente na entressafra –nos meses de inverno– era possível que tivesse freguesia, de fato, o açougue da freguesia.

É conhecido o nome do precursor açougueiro (ou marchante de carne): Miguel Labela. Existe também a informação, nas atas da Câmara Municipal, de que em 1832, quando foi instalada a vila, ele entregou seu rudimentar matadouro em doação ao município, e que o município explorou-o até a Revolução Farroupilha (1835), ocasião em que foram extintos os serviços públicos. Mais tarde, em 1851, finda a rebelião e recém construído o Mercado, determinou a Câmara que todos os açouques a ele se recolhessem, ficando proibido, a partir daí, negociar fora dele os cortes de carne.

A rua, porém, como guarda fiel da tradição, manteve-se simbolicamente de avental e de barrete brancos, de faca e chaira nas mãos e de bandeirinha vermelha na fachada, como lembra Alberto Cunha: foi Rua do Açougue até 1861. Nesse ano, a 10 de fevereiro, recebeu o nome de **Paissandu**, em homenagem ao combate que assinala um dos sucessos das armas brasileiras na Guerra do Paraguai.

Em 1937 passou a se chamar Barão de Santa Tecla, título nobiliárquico de Joaquim da Silva Tavares, representante de uma heróica dinastia rio-grandense.

SANTOS DUMONT

(De sentido longitudinal; entre a Barão de Santa Tecla e a Professor Araújo.)

Projetada em 1815, nos terrenos do capitão-mor Antônio dos Anjos, recebeu o sugestivo nome de Rua da Lagoa. Sugestivo porque, ao que parece, em todo o interior da freguesia o que mais abundavam eram "água empoçadas": lagoas, charcos e alagadiços.

Não só no interior da freguesia, mas depois da vila e da cidade, igualmente projetadas sobre um terreno plano. Basta lembrar que num charco, aterrado em 1850, edificou-se o Mercado; e que a Praça até 1870 era dificilmente transitável: cercada por um alambrado, tinha ao centro uma lagoa de águas paradas, para onde os conterrâneos se dirigiam, a certas horas do dia, com o intuito de caçar marrecas... A verdade é que Pelotas faz jus ao nome que tem, de embarcação: vive praticamente dentro d'água, e por isso as suas casas, não importa a estação do ano, são castigadas pela mais impiedosa umidade.

Em 1869, a lagoa que dava nome à rua não mais existia; já era possível fazer, pela Rua da Lagoa, o trânsito a pé – a "pé enxuto", como se dizia. A própria extensão do trajeto se modificara: na direção sul, a rua avançava agora pela frente do hospital da Santa Casa e pela praça Piratinino de Almeida (então Praça da Caridade) até alcançar a Ponte de Pedra; na direção norte, embrenhava-se, por várias quadras, no Bairro da Luz. É certo que permanecia, como ainda é, uma das ruas longitudinais mais curtas do centro da cidade. De qualquer modo, atenta a esse relativo progresso, a Câmara Muni-

cipal determinou, por resolução de 10 de fevereiro desse ano, que a Rua da Lagoa passasse a se chamar, daí para a frente, **Marquês de Caxias**, em homenagem ao insigne soldado que tinha a seu cargo, então, o comando das forças aliadas na Guerra do Paraguai. Foi rápida, mas não precipitada, a nossa Câmara: não quis, não precisou esperar a promoção a duque, primeiro e único título deste gênero que o Império conferiu.

Embora denominada, hoje, de Santos Dumont, em homenagem ao pioneiro da aviação mundial (a homenagem ao duque transferiu-se para a principal avenida do bairro Fragata), é pelo nome de Marquês da Caxias –quem sabe Marquez de Caxias– que ela atende, ainda agora, aos cidadãos mais proyectos.

SETE DE SETEMBRO

(De sentido transversal; entre a Neto e a Floriano e a Princesa Isabel.)

Projetada em 1830 nos terrenos de dona Mariana Eufrásia da Silveira, foi a primeira rua a dar continuidade, na direção sul, à freguesia fundada em 1812 nos terrenos do capitão-mor Antônio dos Anjos. De leste para oeste, partia da Barroso (Rua das Fontes), onde se localizaram as primeiras cacimbas; antes de alcançar o arroio Santa Bárbara (que passava em seguida à Barão de Santa Tecla), possuía um poço, exatamente na quadra entre a Andrade Neves e a Osorio, frente norte; foi por isso naturalmente chamada, naqueles primitivos tempos, de **Rua do Poço**.

Aliás, um poço público existia também, nessa mesma época, no terreno onde se ergue a atual Biblioteca, sen-

do cercado por um corredor de pau-a-pique. É possível que servissem, essas fontes de água (da Barroso, da Sete de Setembro e da Praça) mais para o uso dos escravos, já que era costume, entre as primeiras famílias da localidade, abrir poços artesianos nos próprios quintais das suas casas. E sabe-se que, a partir da metade do século XIX, por influência dos vizinhos platinos –para cá emigrados em virtude das guerras de Oribe e Rosas–, passou-se a construir algibes no interior das residências, preferindo-se as águas que caiam dos céus às águas que brotavam da terra. Essa informação consta do relatório do presidente da Câmara, dr. Vicente José da Maia (1852/1856).

Entulharam-se os poços. Mesmo quem não tivesse algibe em casa podia recorrer, nessa mesma época, a duas alternativas: suprir-se gratuitamente no recém construído Mercado Público (1851), em cujo pátio havia uma vasta e profunda cisterna com capacidade para guardar 500 pipas; ou adquirir o precioso líquido que passarinho bebe nas carroças dos aguadeiros, quase todos portugueses, que percorriam a cidade vendendo o produto em pequenos barris onde se lia: “água da Gua-biroba” ou “água vinda de fora”.

Mais para o fim do século, mesmo para quem tivesse algibe, beber água de fora tornou-se o último grito da moda. Até que foi contratado o encanamento de água potável, uma represa foi construída no meio do curso do arroio Moreira e a água passou a jorrar com fartura nos pavimentos terreos e sobradinhos, bastando para tanto abrir a “ pena” (uma expressão não dicionarizada, correspondente a bica ou torneira e que, desconfio, é de utilização characteristicamente local).

Há muito tempo com o poço entulhado, esta rua manteve o nome até setembro de 1857. Nesse ano, não sei por quê – já eram transcorridos sete lustros do acontecimento e já tínhamos, desde 1854, uma Rua da Independência [ver *Uruguaí*] –, repercutiu na Câmara, mas certamente já atenuado em leve sussurro, o grito do Ipiranga.

A rua passou a se chamar, daí em diante, Sete de Setembro. Por resolução do dia 6.

SILVEIRA CALHECA

(Limite leste das longitudinais; vizinha da Veador Boaventura Barcelos.)

Foi projetada por volta de 1910 nos terrenos da antiga charqueada Heliodoro, numa iniciativa do Sindicato Moreira & Cia. [ver *Garibaldi*]. Mas só em 1927 viu construir o seu primeiro prédio, que se manteve solitário nos quatro anos seguintes.

Sempre foi uma das ruas mais curtas do centro da cidade; mesmo assim, chegou a ter no passado algumas quadras. Hoje é a mais diminuta em virtude da modernização dos projetos urbanos, determinando que se aterrasse o arroio Pepino e se construísse, a partir dela, a avenida Juscelino Kubitschek.

Seu patrono, José Gonçalves da Silveira Calheca, era proprietário da Charqueada da Figueira, às margens do São Gonçalo, próxima aos terrenos em que se projetou a rua. Foi um dos primeiros moradores deste primitivo distrito da Vila do Rio Grande, que antecedeu à criação da freguesia e vila de São Francisco de Paula. Quando a povoação se desligou da Matriz de São Pedro, Calheca

era de parecer que a igreja se construísse no lugar onde está hoje o Instituto Nossa Senhora da Conceição. Mesmo perdendo a causa, não se mostrou ressentido: no momento em que foi preciso dar um padroeiro à freguesia, fretou o seu iate Argelino e foi buscar em Mostardas, ele e o vigário Felício, a histórica imagem que ainda hoje se venera no interior da Catedral.

Não teve filho varão. Uma de suas filhas era casada com Manuel José Valadares. A outra casou-se com João Antônio Ferreira Viana, que foi vereador em Pelotas e emigrou para o Rio de Janeiro em conseqüência da Revolução Farroupilha, permanecendo na Corte pelo resto da vida [ver *Tiradentes*]. João Antônio teve o privilégio de dar a Calheca um ilustríssimo neto: nascido na charqueada Valadares, o conselheiro do Império José Antônio Ferreira Viana, membro do Partido Conservador, foi o redator da Lei Áurea, em que concisamente declarava extinta a escravidão no Brasil e revogadas as disposições em contrário.

T

TAMANDARÉ, ALMIRANTE

(De sentido transversal; entre a Uruguai e a Benjamin Constant.)

Projetada em 1830 nos terrenos de dona Mariana Eufrásia da Silveira, o primeiro nome que recebeu foi o de **João Alves Pereira**, um dos sete vereadores que tomariam assento na primeira Câmara, em 1832, quando foi instalada a Vila de São Francisco de Paula. Numa terra pequena, onde todos se conheciam, não é de admirar que se desse o nome de um conterrâneo à rua em que morava. Ainda mais tratando-se de um conterrâneo como João Alves Pereira: o futuro vereador já se havia salientado anos antes, quando a comunidade propugnara, com sucesso, a criação da freguesia.

Em 1854, andou a Câmara empenhada na santificação das ruas da cidade. Para substituir um cidadão tão ilustre, ao mesmo tempo respeitável chefe de família, escolheu **São Joaquim**, que, como se sabe, era marido de Santa Ana, pai da Virgem Maria e avô de Nossa Senhor Jesus Cristo. Durante 43 anos, na região do porto de Pelotas, pastoreou o sogro de São José, com extrema dedicação, um pequeno rebanho de fiéis confiados à sua guarda.

Contava a atual Tamandaré com mais de 30 prédios quando, no final do século –em 1897–, a Câmara passou a ser acometida, dessa vez, por fortes pruridos militares. Foi então que, afora medidas de igual teor, apli-

cadas a outros trechos da cidade, mandou destituir São Joaquim e entregar a Moreira César o comando desta rua. O coronel Moreira César havia adquirido renome nacional como valoroso e invencível guerreiro, principalmente depois que debelou, com mão de ferro, uma enquistada revolta em Santa Catarina. Mas nesse ano de 1897 –em fevereiro– comandou uma fracassada expedição contra a gente de Antônio Conselheiro, em Canudos, quando subestimou o poder dos jagunços e caiu mortalmente ferido, logo na entrada do arraial. Sua fama, de qualquer modo, aqui aquartelada no dia 4 de abril, acabou se domiciliando por muitos e muitos lustros em placas de esquina.

Dois anos depois, a rua apresentava, ao recenseamento municipal, 37 prédios. Entre eles, nenhum açougue. Há cidades em que se destinam ruas, às vezes até bairros, a um determinado tipo de comércio; foi esta concepção que o engenheiro Fernando Rullmann tentou implantar em Pelotas quando apresentou à administração do dr. Pedro Osorio (1920-1924) um plano de remodelação da cidade. Concebida como uma dessas artérias especializadas, na Moreira César se faria a concentração dos açougues –substituindo nessa função, em larga escala, o papel que outrora coube à Barão de Santa Tecla. Era mais uma idéia que, como se sabe, não vingou.

Anos depois esta rua adquiriu o nome que tem, em louvor à memória de um dos maiores vultos da Marinha brasileira. A figura era incontestável, mas o nome inexato, como lembrava o saudoso professor Francisco de Paula Alves: mistura um título militar com um título civil nobiliárquico. O correto? Haveria mais de uma op-

ção: Almirante José Marques Lisboa, só Almirante Lisboa, ou Marquês de Tamandaré.

TELES, GENERAL

(De sentido transversal; entre a Dom Pedro II e a Tiradentes.)

Projetada por volta de 1830 nos terrenos de dona Mariana Eufrásia da Silveira, foi chamada, inicialmente, de Rua Rolim, um nome próprio, conforme Alberto Cunha, simpático e sonoro. Em 1854, diante de uma revisão quase geral das denominações de nossas ruas, em que se deu preferência aos santos católicos, passou a se chamar São José.

Permaneceu por mais de quarenta anos sob a égide do marido da Virgem Maria, eleito por Deus padrasto de Jesus. Em 1895, no dia 15 de novembro, que comemorava seis anos da República, viu-se substituída pela proteção militar do general João Batista da Silva Teles.

O general Teles, ex-combatente da Guerra do Paraguai, fora nomeado em março de 1893 comandante em chefe de todas as forças legais em operação na chamada Revolução Federalista. Morreu no final desse ano, não suportando os ferimentos adquiridos em combate, aliás o primeiro combate campal entre os defensores do governo e os rebeldes da Armada, chefiados por Saldanha da Gama, na baía da Guanabara.

No final do século XIX –em 1898–, houve o projeto de construir-se, numa quadra que abrangia a Teles, a Anchieta e a Tiradentes (onde está o Correio), um grande circo de touros. É que os nossos avós, naqueles áureos tempos, eram verdadeiros aficionados da chamada arte tauromáquica, que lhes permitia fazer diretamente

—não só por via postal— contatos com a velha Espanha.

TIRADENTES

(De sentido transversal; entre a Lobo da Costa e a General Teles.)

Foi projetada em 1830 nos terrenos de dona Mariana Eufrásia da Silveira, recebendo, na ocasião, o nome de **Martins Coelho**. Esse estimado e popular morador da rua, como a maioria dos charqueadores, tinha na freguesia o seu lar urbano; sua charqueada, porém, ficava do outro lado do São Gonçalo: na praia da Marambaia, no distrito rio-grandino de Povo Novo.

Quando irrompeu a Guerra dos Farrapos, muitos dos não-revolucionários se refugiaram na Marambaia, protegidos pela profunda barreira do canal, que dificultava a incursão dos revoltosos. Outros, que já haviam ocupado posição saliente na comunidade, que já haviam exercido cargos no regime imperial, colocaram-se a maior distância, de preferência no Rio Grande ou São José do Norte, mas também fora da Província. Manuel Pinto de Moraes, o primeiro juiz de paz da vila, imigrou para a Ilha dos Marinheiros; o vereador Ferreira Viana, pai do ilustre conselheiro do Império [ver *Silveira Calheiros*], e Manuel Alves de Moraes, primeiro presidente da Câmara, embarcaram definitivamente para o Rio de Janeiro.

Na ocasião em que o imperador nos visitou, pela segunda vez, em 1865, chamava-se ainda Martins Coelho a Tiradentes. Já havia resistido galhardamente à radical alteração dos nomes das ruas que se verificara em 1854. Dom Pedro II chegou em fins de outubro e hospedou-

se na Rua do Comércio [ver *Félix da Cunha*] esquina com Martins Coelho. Aí, não houve meios de reagir à mudança: passou a rua a se chamar **Vinte e Quatro de Outubro**, assinalando a chegada da comitiva monárquica.

Mas em 1889, 35 dias antes da proclamação da República, deu-se aqui um fato inusitado: constituída por seis liberais e três conservadores, a Câmara Municipal, antecipando-se à queda do Império, anulou de uma só pena três homenagens imperiais [ver *Félix da Cunha*]. Foi então que a rua Vinte e Quatro de Outubro adquiriu o mesmo apelido do mártir Joaquim José da Silva Xavier.

Aqui houve, aliás, em relação ao tema, outras espécies significativas de antecipação. Tiradentes haveria de ser, a partir dos primeiros anos da República, a figura-símbolo do novo regime. Em Pelotas, como se vê, foi reverenciada a sua memória ainda na vigência da Monarquia. Mas não só nesse como em outro momento anterior: José Murilo de Carvalho, em *A Formação das Almas*, lembra que, já em 1881, quando se comemorou pela primeira vez na Corte o 21 de abril, um jornal de Pelotas, *A Discussão*, apresentou uma proposta de monumento a Tiradentes. Poderia ter acrescentado, ainda, que esse mesmo jornal, um pouco adiante, haveria de transcrever, em muitas edições, sob a forma de rodapé, toda a longa devassa a que ele foi submetido antes do enforcamento.

Homenagear Tiradentes era, de certa forma, condenar seus algozes, representados pela dinastia de Bragança, e por consequência o sistema político vigente.

Sempre teve a rua Tiradentes intenso movimento: an-

tes que se construísse a primeira ponte sobre o São Gonçalo, era por essa via, na direção leste, que se tinha acesso à balsa, e da balsa ao município do Rio Grande.

Na direção oeste, próximo às margens do arroio Santa Bárbara, funcionou o primeiro prédio da Cervejaria Ritter, fabricante da Cerveja Pelotense, a partir de 1870. Durante certo tempo, desde 1934, um trecho desta rua teve o nome de João Simões Neto. Sob este nome, e na exigüidade do número de quadras, mais se escondia do que se declarava uma homenagem a J. Simões Lopes Neto, o pelotense que foi um dos maiores escritores brasileiros. E que até hoje não recebeu da terra natal a recompensa que merece.

TRÊS DE MAIO

(De sentido transversal; entre a Dom Pedro II e a Gomes Carneiro.)

Foi projetada em 1830 nos terrenos de dona Mariana Eufrásia da Silveira, recebendo na ocasião o sugestivo nome de rua **Formosa**, mais tarde substituído por Rua do Castro.

Não consegui saber, com certeza, qual dos Castros desta região identificava a rua. Posso supor que tenha sido o comendador Antônio José de Oliveira Castro, que foi escolhido, juntamente com José Vieira Viana (um dos construtores da barca Liberal) primeiro juiz ordinário da nascente vila (1832), além de ser um próspero charqueador, onde hoje fica o Recanto de Portugal. O comendador, além do mais, era casado com uma neta da própria Mariana Eufrásia. Mas fico com uma dúvida: em regra, os cidadãos que emprestavam seu

nome aos logradouros públicos, naquela época, eram moradores da rua, e esse Castro, pelo que sei, residia na Praça da Matriz (José Bonifácio), num imponente sobrado.

Há notícias também de um outro –Desidério Celestino de Castro–, que foi candidato a vereador na primeira legislatura. Desidério, porém, recebeu apenas quatro votos, contra 236 do primeiro colocado: não seria tão popular assim...

De outro Castro da época não tenho conhecimento. Acrescentando uma pequena observação à célebre frase do romancista norte-americano, pode-se dizer que os ricos são diferentes dos pobres não só porque têm dinheiro, mas também porque os seus nomes, e quase só os deles, é que aparecem nos documentos antigos... O que, convenhamos, dificulta a pesquisa histórica.

Desde 1854 esta rua exibe o nome atual, sendo 3 de maio o dia solene em que o imperador Pedro I, em 1823, deu por aberta a Assembléia Constituinte do Império, que depois dissolveu. Aliás, o dia do início dos trabalhos da Assembléia pretendia comemorar, erroneamente, a descoberta do Brasil: embora historiadores antigos, como Gaspar Correa, assinalassem essa data, já em 1817 a carta de Pero Vaz de Caminha havia sido publicada, esclarecendo que o acontecimento se verificara em 22 de abril. Depois, pretendeu-se justificar o 3 de maio adotando para 1500, com efeito retroativo e ainda assim de modo equivocado, a reforma que impôs o papa Gregório XIII, em 1582, ao calendário juliano (equivocado porque, mesmo que se admitisse a correção dos dez dias, o evento recairia dfno dia 2, e não 3, do mês seguinte). Mas o nome atravessou a República

também porque, com o intuito de reafirmar uma comemoração já tradicional, o primeiro Congresso Republicano também se reuniu, pela primeira vez, num dia 3 de maio.

Em termos oficiais, a Três de Maio é que ostenta, entre todas as nossas ruas, o mesmo nome há mais tempo. Extra-oficialmente, esta primazia cabe à Santa Cruz.

U

URUGUAI

(De sentido transversal; entre a Gomes Carneiro e a Tamandaré.)

Foi uma das 15 ruas projetadas em 1830 nos terrenos concedidos pelo governador dom Diogo de Souza à viúva de Francisco Pires Casado, dona Mariana Eufrásia da Silveira. Teve primeiro o nome de **Francisca Eulália**, também viúva de um dos cidadãos mais destacados do lugar –Vigésimo José da Silva, rebento, pode-se supor, de uma estirpe numerosa. Benemerita da Santa Casa, em cuja galeria figura com destaque, dona Francisca viveu sempre cercada de estima e consideração. Mais do que isso: adquiriu popularidade entre os poucos primeiros habitantes da pequenina Pelotas do seu tempo; não seria por outro motivo que o seu nome identificou, durante muito tempo, a rua onde morava.

Em 1854, andou se empenhando a nossa Câmara em revisar a nomenclatura das ruas da cidade. A preferê-

cia pendeu, então, para os nomes de santos. Por exemplo, a Gomes Carneiro e a Tamandaré, que são vizinhas da Uruguai, passaram a se chamar, respectivamente, Santo Inácio e São Joaquim, substituindo os nomes de expressão local Alferes Inácio e João Alves Pereira. A rua Francisca Eulália, no entanto, não seguiu a regra: chamou-se rua Independência, inaugurando um entusiasmo patriótico que, sobre o mesmo acontecimento, haverá de se repetir anos depois [ver *Sete de Setembro*].

Passaram a coexistir, ao final dos anos 60 do século XIX, duas ruas com o mesmo objetivo emblemático: a Sete de Setembro, no centro, e a Independência, para os lados do sul. Corrigiu a nossa Câmara essa, por assim dizer, redundância cívica, somente quando a Independência transformou-se em Uruguai, já no século XX.

Mais do que necessária, foi justa a alteração. Afara outros motivos, de amplitude nacional e regional, porque o país vizinho contribuiu sempre, e de forma significativa, para a formação comunitária local. Basta lembrar que, na entrada do século XX, excetuando-se portugueses e italianos, o maior contingente de estrangeiros na população de Pelotas era formado pelos irmãos orientais (510 indivíduos, pouco mais de 11%).

Nem todo esse percentual estabeleceu-se, propriamente, na rua Independência: dos 173 moradores que ela apresentou ao censo de 1899, somente sete falavam, sem nenhum sotaque, o castelhano.

V

VOLUNTÁRIOS

(De sentido transversal; entre a Neto e a Cassino.)

Foi projetada no primeiro loteamento urbano, de 1815, nos terrenos do capitão-mor Antônio dos Anjos. Era a penúltima rua transversal que, na direção sul, fechava o quadro da primitiva freguesia. Recebeu, de início, os nomes de Rua do João Pedro ou Rua da Horta – o que não exclui, necessariamente, a possibilidade de que o próprio João Pedro fosse o dono da horta. (Para quem não sabe, Orta era o sobrenome de famoso botânico português do século XVI, Garcia da Orta.)

Durante a Guerra do Paraguai foi que recebeu o nome, breve, de Voluntários. Era uma homenagem da Câmara Municipal à partida dos 139 voluntários pelotenses que se dispuseram, em 4 de dezembro de 1865, a enfrentar as forças de Solano López. Saíram, uns a pé e uns a cavalo, em três companhias, de um prédio que ficava nesta rua, esquina com a Santa Bárbara (Marechal Deodoro) e que servia, então, de quartel.

O major Tomás Costa, tio do poeta pelotense Lobo da Costa e um dos sete sobreviventes, em 1915 (no seu cinqüentenário), da gloriosa marcha, achava, porém, breve demais a denominação, e assim se expressou, mais tarde, em carta a Fernando Osorio: “A Câmara Municipal de então, homenageando a estadia e organização dessa força naquela casa, mudou o nome de Rua da Horta para o de Voluntários. Essa reverência, por

abstrata, não enuncia o sentido completo de um fundo intencional, que era o de *Voluntários da Pátria*, nome que deveria ter sido dado a essa rua, como acontece nas demais cidades do país."

Pois a mim parece que reside justamente aí, nessa aparente omissão, o seu encanto, pela originalidade e pela intimidade. Como acontece, também, com a rua Dona Mariana, que toda a gente sabe quem é e o que fez, sem a necessidade de tratá-la pelo sobrenome.

X

XAVIER FERREIRA

(De sentido longitudinal; entre a Garibaldi e a Dona Mariana.)

Tem a mesma origem da José do Patrocínio. Foram ambas projetadas em 1888 pelo engenheiro Romualdo de Abreu e Silva, em terrenos da Várzea, na direção do Porto. Em sessão municipal do dia 21 de maio –oito dias após a promulgação da Lei Áurea–, foram designadas com os nomes de dois “campeões” do abolicionismo: José do Patrocínio e José Bonifácio. Só mais tarde, em 1909, é que haveria de irromper, entre elas, a rua Dona Mariana, separando em uma quadra os dois tocaios/companheiros de lutas.

José Bonifácio (1827-1886) destacou-se como deputado, no parlamento do Império, de cuja tribuna pregava, com o mesmo ardor de um Joaquim Nabuco, o ideal da Abolição. Político e também poeta, ficou conhecido

como José Bonifácio, o Moço (morreu aos 39 anos de idade); não se trata, pois, do Patriarca da Independência, que era seu avô e que aqui emprestaria o nome, mais tarde, à praçinha que fica defronte à Catedral.

No dia 7 de setembro de 1922, em meio às comemorações do centenário da Independência, foi que a rua trocou de nome, recebendo aquele que até hoje conserva. Pretendia a municipalidade, dessa forma, pagar uma dívida de gratidão: Francisco Xavier Ferreira foi o deputado que, na Assembléia Provincial, propôs em 1835 denominar-se Pelotas a florescente cidade em que acabava de se transformar, oficialmente, a Vila de São Francisco de Paula.

Pode ser que o leitor não goste do nome de Pelotas, pelos mais diferentes e respeitáveis motivos. No entanto, é preciso que saiba: se não fosse a emenda de Xavier Ferreira, poderia estar chegando agora às últimas linhas de um livro sobre os passeios antigos da cidade de São Francisco de Paula (do Sul!). De um guia histórico das ruas de Calópolis. Ou de Pelotapes. Ou da Próspera Cidade.

ANEXO 1

Origem das ruas, com as respectivas direções, por ordem cronológica.

1815

Longitudinais: Almirante Barroso; Gonçalves Chaves; Félix da Cunha; Anchieta; Quinze de Novembro; Andrade Neves; General Osorio; Marechal Deodoro; Barão de Santa Tecla; Santos Dumont; Professor Araújo/Manduca Rodrigues; Marcílio Dias.

Transversais: [Avenida Bento Gonçalves]; General Argolo; Senador Mendonça/Doutor Miguel Barcelos; Doutor Cassiano; Major Cícero; Voluntários; General Neto.

1830

Transversais: Sete de Setembro; Marechal Floriano/Princesa Isabel; Lobo da Costa; Tiradentes; General Teles; Dom Pedro II; Três de Maio; Gomes Carneiro; Uruguai; Almirante Tamandaré; Benjamin Constant; Conde de Porto Alegre; João Manuel.

1858

Transversais: Pinto Martins, Rafael Pinto Bandeira, Antônio dos Anjos, Padre Felício, Doutor Amarante.

1870

Longitudinais: João Pessoa, Bento Martins, Álvaro Chaves, Coronel Alberto Rosa.

1888

Longitudinais: Xavier Ferreira, José do Patrocínio.

1910

Longitudinais: Silveira Calheca, Veador Boaventura Barcelos, Visconde de Jaguari, Garibaldi.

Observação: Não estão relacionadas acima quatro ruas:

a Barão de Butuí e a Barão de Mauá (transversais), que surgiram entre 1830/1835, dentro do quadro de 1830; a Santa Cruz (longitudinal), que surge provavelmente neste mesmo período, mas no quadro de 1815; e a Dona Mariana (longitudinal), que é de 1909, mas foi projetada dentro do quadro de 1888. Por outro lado, está relacionada a avenida Bento Gonçalves porque quando surgiu era considerada rua.

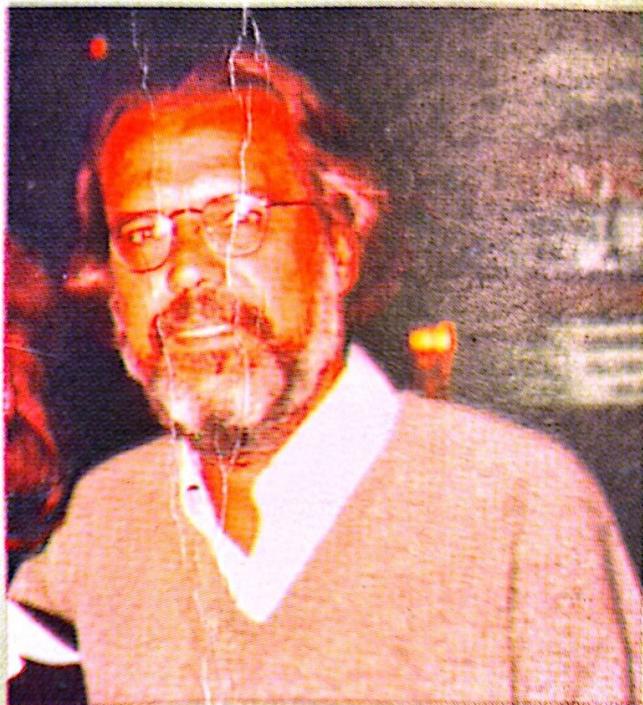
ANEXO 2

Relação dos nomes atuais e anteriores das ruas do centro, por ordem alfabética dos nomes atuais, com as respectivas datas dos nomes anteriores (as datas de adoção dos nomes atuais encontram-se, na sua maioria, no corpo do texto).

- Alberto Rosa, Coronel– Aquidabã (1870).
- Álvaro Chaves– da Constituição (1870).
- Amarante, Doutor– Vinte e Quatro de Fevereiro (1895),
Vinte e Cinco de Março (1858).
- Anchieta– General Vitorino (1869), da Igreja (1815).
- Andrade Neves– das Flores (1815).
- Antônio dos Anjos– Bela (1858).
- Araújo, Professor– Manduca Rodrigues (1869), Juca
Ourives ou das Lavadeiras (1815).
- Argolo, General– da Vigia (1815).
- Barroso, Almirante– de Baixo ou das Fontes (1815).
- Benjamin Constant– São Domingos (1854).
- Bento Martins– [nome original] (1870).
- Boaventura Barcelos, Veador– [nome original] (1910).
- Butuí, Barão de– da Regeneração (1891), Demétrio Ribeiro (1890), da Regeneração (1830/1835).
- Cassiano, Doutor– Dezesseis de Julho (1869), do Padei-

ro ou da Quitanda (1815).
Cícero, Major— Três de Fevereiro (1854), do Torres ou Portugal (1815).
Deodoro, Marechal— Santa Bárbara (1894), do Estaleiro (1832), de Santa Bárbara ou do Apoio (1815).
Felício, Padre— São Gonçalo (1858).
Félix da Cunha— do Imperador (1866), do Comércio (1815).
Floriano, Marechal— São Jerônimo (1830).
Garibaldi— [nome original] (1911).
Gomes Carneiro— Santo Inácio (1854), Alferes Inácio (1830).
Gonçalves Chaves— Jataí (1866), Alegre (1815).
Isabel Princesa— Alberto Rosa (?), Treze de Maio (1895), São Francisco (1830).
Jaguari, Visconde de— [nome original] (1926).
João Manuel— da Olaria (1830).
João Pessoa— da Liberdade (1870).
José do Patrocínio— [nome original] (1888)
Lobo da Costa— a leste Lobo da Costa (1934), Conselheiro Maciel (?) e São Paulo (1830); a oeste Urbano Garcia (1934), Riachuelo (1866) e Hércules (1830).
Manduca Rodrigues— ver Araújo, Professor.
Marcílio Dias— da Ladeira e da Boa Vista (1815).
Mariana, Dona— [nome original] (1909).
Mauá, Barão de— Detrás da Olaria (1830/1835).
Mendonça, Senador— a leste Doutor Miguel Barcelos (?), a oeste Santo Antônio (1815).
Miguel Barcelos, Doutor— ver Mendonça, Senador.
Neto, General— da Palma ou dos Coqueiros (1815).
Osorio, General— Augusta ou do Rogério (1815).

Pedro II, Dom- Sete de Abril (?).
Pinto Martins- Nogueira (1858).
Porto Alegre, Conde de- Canarim (1830).
Quinze de Novembro- São Miguel (1854), dos Canários
(1835), de São Miguel (1815).
Rafael Pinto Bandeira- Nossa Senhora da Luz (1858).
Santa Cruz- do Cerro Largo (1830/1835).
Santa Tecla, Barão de- Paissandu (1866), da Cadeia
(1835), do Açougue ou do Aquino (1830).
Santos Dumont- Marquês de Caxias (1869), da Lagoa
(1815).
Sete de Setembro- do Poço (1830).
Silveira Calheca- [nome original] (1926).
Tamandaré, Almirante- Moreira César (1897), São Joa-
quim (1854), João Alves Pereira (1830).
Teles, General- São José (1854), Rolim (1830).
Tiradentes- Vinte e Quatro de Outubro (1866), Martins
Coelho (1830).
Três de Maio- Formosa ou do Castro (1830).
Uruguai- Independência (1854), Francisca Eulália
(1830).
Voluntários- João Pedro ou da Horta (1815).
Xavier Ferreira- José Bonifácio (1888).



Mario Osorio Magalhães, diretor do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, é mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Sobre a nossa cidade, escreveu, entre outros, os livros “História e Tradições da Cidade de Pelotas”, já em 3^a edição, e “Opulência e Cultura na Província de São Pedro”. Recebeu o Troféu Arte Casarin, área de Literatura, nas duas vezes em que o prêmio foi instituído.